

CLEBER  
MASSON

**15<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada

# DIREITO PENAL

PARTE GERAL (ARTS. 1º A 120)



  
EDITORA  
MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.01.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2021 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M372d  
Masson, Cleber

Direito Penal: parte geral (arts. 1º a 120) – v. 1 / Cleber Masson. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-9325-2

1. Direito penal – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título.

20-67786

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

|  |          |
|--|----------|
| <b>CAPÍTULO 1 - DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....</b>   | <b>3</b> |
| 1.1. Conceito de Direito Penal.....  | 3        |
| 1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito .....   | 3        |
| 1.3. Nomenclatura .....  | 3        |
| 1.4. Características do Direito Penal .....  | 4        |
| 1.5. Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal..... | 5        |
| 1.6. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....  | 5        |
| 1.6.1. Com o Direito Processual Penal.....   | 5        |
| 1.6.2. Com o Direito Constitucional .....  | 6        |
| 1.6.3. Com o Direito Administrativo.....   | 6        |
| 1.6.4. Com o Direito Civil.....  | 7        |
| 1.6.5. Com o Direito Internacional.....  | 7        |
| 1.7. Funções do Direito Penal.....   | 7        |
| 1.7.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos .....   | 8        |
| 1.7.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....  | 8        |
| 1.7.3. Direito Penal como garantia.....  | 8        |
| 1.7.4. Função ético-social do Direito Penal.....   | 9        |
| 1.7.5. Função simbólica do Direito Penal.....  | 9        |
| 1.7.6. Função motivadora do Direito Penal .....  | 9        |
| 1.7.7. Função de redução da violência estatal .....  | 10       |
| 1.7.8. Função promocional do Direito Penal.....  | 10       |
| 1.8. A ciência do Direito Penal .....  | 10       |
| 1.8.1. Introdução.....   | 10       |
| 1.8.2. Dogmática penal.....  | 10       |

|  |  |           |
|--|--|-----------|
| 1.8.3.   | Política criminal.....   | 11        |
| 1.8.4.   | Criminologia.....  | 11        |
| 1.8.5.   | Vitimologia .....  | 12        |
| 1.9.   | Divisões do Direito Penal .....  | 12        |
| 1.9.1.   | Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário .....                      | 12        |
| 1.9.2.   | Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário...                      | 13        |
| 1.9.3.   | Direito Penal comum.....   | 13        |
| 1.9.4.   | Direito Penal especial .....   | 13        |
| 1.9.5.   | Direito Penal geral.....   | 13        |
| 1.9.6.   | Direito Penal local.....   | 13        |
| 1.9.7.   | Direito Penal objetivo.....  | 13        |
| 1.9.8.   | Direito Penal subjetivo .....  | 13        |
| 1.9.9.   | Direito Penal material.....  | 13        |
| 1.9.10.  | Direito Penal formal .....   | 13        |
| 1.10.  | Fontes do Direito Penal.....   | 14        |
| 1.10.1.  | Introdução.....  | 14        |
| 1.10.2.  | Fontes materiais, substanciais ou de produção.....                             | 14        |
| 1.10.3.  | Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento .....                            | 14        |
| 1.10.3.1.  | Constituição Federal.....  | 14        |
| 1.10.3.2.  | Jurisprudência .....   | 15        |
| 1.10.3.3.  | Doutrina.....  | 16        |
| 1.10.3.4.  | Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.....               | 16        |
| 1.10.3.5.  | Costumes.....  | 17        |
| 1.10.3.6.  | Princípios gerais do Direito.....  | 18        |
| 1.10.3.7.  | Atos da Administração Pública .....  | 18        |
| <b>CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL.....</b> |  | <b>19</b> |
| 2.1.   | Conceito .....   | 19        |
| 2.2.   | Princípios em espécie.....   | 19        |
| 2.2.1.   | Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade.....                       | 19        |
| 2.2.1.1.   | Princípio da reserva legal e mandados de criminalização.....                   | 21        |
| 2.2.1.2.   | Homofobia (ou transfobia), omissão legislativa e Supremo Tribunal Federal..... | 22        |
| 2.2.2.   | Princípio da anterioridade.....  | 24        |
| 2.2.3.   | Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela...                | 25        |
| 2.2.3.1.   | Introdução.....  | 25        |
| 2.2.3.2.   | Finalidade.....  | 25        |

|  |  |           |
|--|--|-----------|
| 2.2.3.3.   | Natureza jurídica .....  | 25        |
| 2.2.3.4.   | Requisitos .....   | 26        |
| 2.2.3.5.   | Aplicabilidade.....  | 30        |
| 2.2.3.6.   | Princípio da insignificância e infrações penais de menor potencial ofensivo.....             | 40        |
| 2.2.3.7.   | A questão do furto privilegiado .....  | 41        |
| 2.2.3.8.   | Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial.....                   | 41        |
| 2.2.3.9.   | Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria.....        | 42        |
| 2.2.4.   | Princípio da individualização da pena .....  | 43        |
| 2.2.5.   | Princípio da alteridade .....  | 43        |
| 2.2.6.   | Princípio da confiança.....  | 44        |
| 2.2.7.   | Princípio da adequação social.....   | 44        |
| 2.2.8.   | Princípio da intervenção mínima.....   | 45        |
| 2.2.8.1.   | Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal.....                  | 46        |
| 2.2.8.2.   | Princípio da subsidiariedade .....   | 47        |
| 2.2.9.   | Princípio da proporcionalidade .....   | 48        |
| 2.2.10.  | Princípio da humanidade.....   | 50        |
| 2.2.11.  | Princípio da ofensividade ou da lesividade.....  | 51        |
| 2.2.12.  | Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....   | 51        |
| 2.2.12.1.  | Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal .....                   | 52        |
| 2.2.12.2.  | A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal..... | 52        |
| 2.2.13.  | Princípio da imputação pessoal.....  | 53        |
| 2.2.14.  | Princípio da responsabilidade pelo fato.....   | 53        |
| 2.2.15.  | Princípio da personalidade ou da intranscendência.....                                       | 53        |
| 2.2.16.  | Princípio da responsabilidade penal subjetiva.....   | 54        |
| 2.2.17.  | Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....   | 54        |
| 2.2.18.  | Princípio da isonomia .....  | 58        |
| <b>CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....</b> |  | <b>59</b> |
| 3.1.   | O Direito Penal dos povos primitivos.....  | 59        |
| 3.1.1.   | Introdução.....  | 59        |
| 3.1.2.   | Vingança divina.....   | 59        |
| 3.1.3.   | Vingança privada.....  | 60        |
| 3.1.4.   | Vingança pública .....   | 61        |

|   |  |           |
|---|--|-----------|
| 3.2.  | Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano .....                             | 62        |
| 3.2.1.  | Direito Penal grego .....  | 62        |
| 3.2.2.  | Direito Penal romano .....   | 62        |
| 3.3.  | Idade Média .....  | 63        |
| 3.3.1.  | Direito Penal germânico .....  | 63        |
| 3.3.2.  | Direito Penal canônico .....   | 64        |
| 3.4.  | Idade Moderna .....  | 66        |
| 3.4.1.  | Período humanitário – O pensamento de Beccaria .....                                       | 66        |
| <b>CAPÍTULO 4 A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....</b>    |  | <b>69</b> |
| 4.1.  | Período Colonial .....   | 69        |
| 4.2.  | Código Criminal do Império .....   | 70        |
| 4.3.  | Período Republicano .....  | 71        |
| <b>CAPÍTULO 5 – ESCOLAS PENAIS .....</b>                          |  | <b>73</b> |
| 5.1.  | Escola Clássica.....   | 73        |
| 5.2.  | Escola Positiva .....  | 74        |
| 5.3.  | Correcionalismo Penal.....   | 75        |
| 5.4.  | Tecnicismo Jurídico-Penal.....   | 76        |
| 5.5.  | A defesa social.....   | 77        |
| <b>CAPÍTULO 6 – A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL .....</b> |  | <b>81</b> |
| 6.1.  | Positivismo jurídico .....   | 81        |
| 6.2.  | Neokantismo penal .....  | 82        |
| 6.3.  | Garantismo penal .....   | 82        |
| 6.4.  | Funcionalismo penal .....  | 83        |
| 6.4.1.  | Posição de Claus Roxin – Escola de Munique .....   | 84        |
| 6.4.2.  | Posição de Günther Jakobs – Escola de Bonn.....  | 85        |
| 6.5.  | Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna ..... | 86        |
| 6.5.1.  | Introdução.....  | 86        |
| 6.5.2.  | Direito intervencionista ou de intervenção .....   | 88        |
| 6.5.3.  | As velocidades do Direito Penal.....   | 91        |
| 6.5.4.  | Direito Penal do inimigo .....   | 92        |
| 6.5.4.1.  | Noções preliminares.....   | 92        |
| 6.5.4.2.  | Conceito de inimigo .....  | 92        |
| 6.5.4.3.  | Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo .....                           | 94        |

|                                    |   |           |
|------------------------------------|---|-----------|
| 6.5.5.                             | Neopunitivismo: a quarta velocidade do Direito Penal.....             | 96        |
| 6.5.6.                             | Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade.....    | 97        |
| <b>CAPÍTULO 7 – LEI PENAL.....</b> |   | <b>99</b> |
| 7.1.                               | Introdução.....   | 99        |
| 7.2.                               | Classificação.....  | 99        |
| 7.3.                               | Características da lei penal.....                                     | 101       |
| 7.4.                               | Lei penal em branco.....  | 101       |
| 7.4.1.                             | A origem do complemento da lei penal em branco.....                   | 102       |
| 7.5.                               | Interpretação da lei penal.....                                       | 104       |
| 7.5.1.                             | Introdução.....   | 104       |
| 7.5.2.                             | Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária.....            | 104       |
| 7.5.3.                             | Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica.....                 | 105       |
| 7.5.4.                             | Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva.....        | 105       |
| 7.5.5.                             | Interpretação progressiva.....  | 106       |
| 7.5.6.                             | Interpretação analógica.....  | 106       |
| 7.5.7.                             | Interpretação exofórica e endofórica.....                             | 106       |
| 7.6.                               | Analogia.....   | 107       |
| 7.6.1.                             | Introdução.....   | 107       |
| 7.6.2.                             | Espécies.....   | 107       |
| 7.7.                               | Lei penal no tempo.....   | 108       |
| 7.7.1.                             | Introdução.....   | 108       |
| 7.7.2.                             | Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo..... | 109       |
| 7.7.2.1.                           | <i>Novatio legis</i> incriminadora.....                               | 109       |
| 7.7.2.2.                           | Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i> .....                      | 110       |
| 7.7.2.3.                           | <i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica.....                | 110       |
| 7.7.2.4.                           | Combinação de leis penais ( <i>lex tertia</i> ).....                  | 114       |
| 7.7.2.5.                           | Lei penal intermediária.....  | 116       |
| 7.7.3.                             | Lei penal temporária e lei penal excepcional.....                     | 116       |
| 7.7.4.                             | As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo.....           | 118       |
| 7.8.                               | Conflito aparente de leis penais.....                                 | 119       |
| 7.8.1.                             | Conceito.....   | 119       |
| 7.8.2.                             | Requisitos.....   | 120       |
| 7.8.3.                             | Localização no Direito Penal.....                                     | 120       |
| 7.8.4.                             | Finalidade.....   | 120       |
| 7.8.5.                             | Diferença com o concurso de crimes.....                               | 121       |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 7.8.6.    | Diferença com o conflito de leis penais no tempo.....   | 122 |
| 7.8.7.    | Princípios para solução do conflito .....   | 122 |
| 7.8.7.1.  | Princípio da especialidade.....   | 122 |
| 7.8.7.2.  | Princípio da subsidiariedade .....  | 125 |
| 7.8.7.3.  | Princípio da consunção ou da absorção.....  | 126 |
| 7.8.7.4.  | Princípio da alternatividade .....  | 131 |
| 7.8.8.    | Ausência de previsão legal.....   | 132 |
| 7.9.      | Tempo do crime.....   | 133 |
| 7.10.     | Lei penal no espaço .....   | 135 |
| 7.10.1.   | Introdução.....   | 135 |
| 7.10.2.   | Princípio da territorialidade.....  | 135 |
| 7.10.2.1. | Conceito de território.....   | 135 |
| 7.10.2.2. | Território brasileiro por extensão.....   | 136 |
| 7.10.3.   | Outros princípios.....  | 137 |
| 7.10.3.1. | Princípio da personalidade ou da nacionalidade.....   | 137 |
| 7.10.3.2. | Princípio do domicílio .....  | 137 |
| 7.10.3.3. | Princípio da defesa, real ou da proteção .....  | 138 |
| 7.10.3.4. | Princípio da justiça universal.....   | 138 |
| 7.10.3.5. | Princípio da representação .....  | 138 |
| 7.11.     | Lugar do crime.....   | 139 |
| 7.11.1.   | Não aplicação da teoria da ubiquidade em outras hipóteses.....  | 139 |
| 7.12.     | Extraterritorialidade.....  | 140 |
| 7.12.1.   | Introdução.....   | 140 |
| 7.12.2.   | Extraterritorialidade incondicionada .....  | 141 |
| 7.12.2.1. | Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i> ..... | 141 |
| 7.12.2.2. | Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura.....  | 142 |
| 7.12.3.   | Extraterritorialidade condicionada.....   | 142 |
| 7.13.     | Lei penal em relação às pessoas.....  | 143 |
| 7.13.1.   | Introdução.....   | 143 |
| 7.13.2.   | Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros.....   | 143 |
| 7.13.3.   | Imunidades parlamentares.....   | 144 |
| 7.13.3.1. | Alocação.....   | 144 |
| 7.13.3.2. | Introdução.....   | 144 |
| 7.13.3.3. | Conceito e finalidade.....  | 145 |



|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 7.13.3.4. | Imunidade material ou inviolabilidade .....              | 145 |
| 7.13.3.5. | Imunidade formal.....                                    | 148 |
| 7.13.3.6. | Pessoas abrangidas pela imunidade.....                   | 150 |
| 7.13.3.7. | Suspensão e renúncia da imunidade.....                   | 151 |
| 7.13.3.8. | Imunidades e estado de sítio .....                       | 151 |
| 7.14.     | Disposições finais acerca da aplicação da lei penal..... | 152 |
| 7.14.1.   | Introdução.....  | 152 |
| 7.14.2.   | Eficácia da sentença estrangeira .....                   | 152 |
| 7.14.3.   | Contagem de prazo.....                                   | 153 |
| 7.14.4.   | Frações não computáveis da pena.....                     | 155 |
| 7.14.5.   | Legislação especial.....                                 | 156 |

## PARTE II

### TEORIA GERAL DO CRIME

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 8 - CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>                                    | <b>159</b> |
| 8.1. Conceito de crime.....  | 159        |
| 8.1.1. Critério material ou substancial .....  | 159        |
| 8.1.2. Critério legal.....   | 160        |
| 8.1.2.1. Crime e contravenção penal: outras distinções....                               | 161        |
| 8.1.2.2. Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006<br>- Lei de Drogas ..... | 162        |
| 8.1.3. Critério analítico.....   | 164        |
| 8.1.4. Critério adotado pelo Código Penal.....   | 165        |
| 8.2. Ilícito penal e outros ilícitos.....  | 166        |
| 8.3. Sujeitos do crime.....  | 167        |
| 8.3.1. Sujeito ativo.....  | 167        |
| 8.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes                                  | 167        |
| 8.3.2. Sujeito passivo.....  | 171        |
| 8.4. Objeto do crime.....  | 172        |
| <b>CAPÍTULO 9 - CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES .....</b>                                       | <b>173</b> |
| 9.1. Introdução.....   | 173        |
| 9.1.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria.....                                     | 173        |
| 9.1.2. Crimes simples e complexos .....  | 174        |
| 9.1.2.1. Crime ultracomplexo (ou supercomplexo).....                                     | 175        |
| 9.1.3. Crimes materiais, formais e de mera conduta.....                                  | 175        |
| 9.1.4. Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes<br>e a prazo.....        | 176        |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 9.1.5.     | Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos.....               | 177 |
| 9.1.6.     | Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....          | 177 |
| 9.1.7.     | Crimes de dano e de perigo.....  | 178 |
| 9.1.8.     | Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....                                    | 178 |
| 9.1.9.     | Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista .....                                | 179 |
| 9.1.10.    | Crimes de forma livre e de forma vinculada.....                                      | 181 |
| 9.1.11.    | Crimes mono-ofensivos e pluriofensivos .....   | 181 |
| 9.1.12.    | Crimes principais e acessórios.....  | 181 |
| 9.1.13.    | Crimes transeuntes e não transeuntes.....  | 182 |
| 9.1.14.    | Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....                                   | 182 |
| 9.1.15.    | Crimes independentes e conexos .....   | 182 |
| 9.1.16.    | Crimes condicionados e incondicionados .....   | 183 |
| 9.1.17.    | Crimes naturais, plásticos e vazios.....   | 183 |
| 9.1.18.    | Crimes de mínimo, de menor, de médio, de elevado e de máximo potencial ofensivo..... | 183 |
| 9.1.19.    | Outras classificações.....   | 184 |
| 9.1.19.1.  | Crime gratuito.....  | 184 |
| 9.1.19.2.  | Crime de ímpeto .....  | 184 |
| 9.1.19.3.  | Crime exaurido.....  | 184 |
| 9.1.19.4.  | Crime de circulação.....   | 185 |
| 9.1.19.5.  | Crime de atentado ou de empreendimento .....   | 185 |
| 9.1.19.6.  | Crime de opinião ou de palavra .....   | 185 |
| 9.1.19.7.  | Crime multitudinário.....  | 185 |
| 9.1.19.8.  | Crime vago .....   | 185 |
| 9.1.19.9.  | Crime internacional.....   | 185 |
| 9.1.19.10. | Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição.....                             | 185 |
| 9.1.19.11. | Crime inominado.....   | 186 |
| 9.1.19.12. | Crime habitual .....   | 186 |
| 9.1.19.13. | Crime profissional.....  | 186 |
| 9.1.19.14. | Quase crime .....  | 186 |
| 9.1.19.15. | Crime subsidiário .....  | 186 |
| 9.1.19.16. | Crime hediondo.....  | 186 |
| 9.1.19.17. | Crime de expressão.....  | 187 |
| 9.1.19.18. | Crime de intenção ou de tendência interna transcendente .....                        | 187 |
| 9.1.19.19. | Crime de tendência ou de atitude pessoal.....  | 187 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 9.1.19.20.                             | Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....  | 187 |
| 9.1.19.21.                             | Crime de ação violenta .....  | 187 |
| 9.1.19.22.                             | Crime de ação astuciosa .....                                       | 187 |
| 9.1.19.23.                             | Crime falho.....  | 187 |
| 9.1.19.24.                             | Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....             | 188 |
| 9.1.19.25.                             | Crime remetido .....  | 188 |
| 9.1.19.26.                             | Crimes de responsabilidade.....                                     | 188 |
| 9.1.19.27.                             | Crime obstáculo.....  | 188 |
| 9.1.19.28.                             | Crime progressivo .....   | 188 |
| 9.1.19.29.                             | Progressão criminosa .....  | 188 |
| 9.1.19.30.                             | Crimes de impressão .....   | 189 |
| 9.1.19.31.                             | Crimes militares.....   | 189 |
| 9.1.19.32.                             | Crimes falimentares.....  | 191 |
| 9.1.19.33.                             | Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i> .....                | 191 |
| 9.1.19.34.                             | Crimes parcelares .....   | 191 |
| 9.1.19.35.                             | Crimes de hermenêutica .....  | 191 |
| 9.1.19.36.                             | Crimes de rua, crimes do colarinho branco e do colarinho azul ..... | 191 |
| 9.1.19.37.                             | Crime liliputiano .....   | 192 |
| 9.1.19.38.                             | Crimes de catálogo.....   | 193 |
| 9.1.19.39.                             | Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo .....             | 193 |
| 9.1.19.40.                             | Crimes de olvido .....  | 193 |
| 9.1.19.41.                             | Crimes aberrantes.....  | 193 |
| 9.1.19.42.                             | Crime achado.....   | 193 |
| <b>CAPÍTULO 10 - FATO TÍPICO .....</b> | <b>195</b>  |     |
| 10.1.                                  | Introdução.....   | 195 |
| 10.2.                                  | Conduta.....  | 196 |
| 10.2.1.                                | Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal.....          | 196 |
| 10.2.2.                                | Teoria final ou finalista.....                                      | 198 |
| 10.2.3.                                | Teoria cibernética .....  | 199 |
| 10.2.4.                                | Teoria social.....  | 200 |
| 10.2.5.                                | Teoria jurídico-penal.....  | 200 |
| 10.2.6.                                | Teoria da ação significativa .....                                  | 201 |
| 10.2.7.                                | Apontamentos gerais sobre a conduta.....                            | 202 |
| 10.2.8.                                | Formas de conduta.....  | 203 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 10.2.9.   | Teorias acerca da omissão .....  | 204 |
| 10.2.10.  | Caracteres da conduta .....  | 204 |
| 10.2.11.  | Exclusão da conduta .....  | 205 |
| 10.3.     | Resultado .....  | 206 |
| 10.3.1.   | Conceito .....   | 206 |
| 10.3.2.   | Denominação .....  | 206 |
| 10.3.3.   | Espécies .....   | 206 |
| 10.4.     | Relação de causalidade ou nexos causal .....   | 207 |
| 10.4.1.   | Denominação .....  | 207 |
| 10.4.2.   | Dispositivo legal.....   | 207 |
| 10.4.3.   | Conceito .....   | 207 |
| 10.4.4.   | Âmbito de aplicação .....  | 208 |
| 10.4.5.   | Teorias.....   | 208 |
| 10.4.5.1. | Teorias adotadas pelo Código Penal.....  | 209 |
| 10.4.6.   | Concausas.....   | 210 |
| 10.4.6.1. | Introdução.....  | 210 |
| 10.4.6.2. | Causas dependentes e independentes.....  | 210 |
| 10.4.7.   | Relevância da omissão.....   | 214 |
| 10.4.7.1. | Conceito e alcance .....   | 214 |
| 10.4.7.2. | Teoria adotada.....  | 215 |
| 10.4.7.3. | Dever de agir: critérios existentes para sua definição.....                                  | 215 |
| 10.4.7.4. | Poder de agir.....   | 216 |
| 10.4.7.5. | Hipóteses de dever de agir.....  | 216 |
| 10.4.8.   | A questão da dupla causalidade .....   | 218 |
| 10.4.9.   | Teoria da imputação objetiva .....   | 219 |
| 10.4.9.1. | Evolução histórica .....   | 219 |
| 10.4.9.2. | Introdução.....  | 219 |
| 10.4.9.3. | Conceito e análise dos pressupostos.....   | 221 |
| 10.4.9.4. | A imputação objetiva para Jakobs e Roxin.....  | 224 |
| 10.4.9.5. | Conclusões .....   | 225 |
| 10.4.9.6. | Direito Penal Quântico.....  | 225 |
| 10.4.10.  | Teoria da condição mínima.....   | 226 |
| 10.5.     | Tipicidade.....  | 227 |
| 10.5.1.   | Conceito .....   | 227 |
| 10.5.2.   | Evolução doutrinária.....  | 227 |
| 10.5.2.1. | Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal..... | 228 |
| 10.5.3.   | Teoria dos elementos negativos do tipo.....  | 229 |

|   |            |
|---|------------|
| 10.5.4. Teoria da tipicidade conglobante.....                   | 229        |
| 10.5.5. Adequação típica: conceito e espécies.....              | 230        |
| <b>CAPÍTULO 11 - TEORIA DO TIPO .....</b>                       | <b>233</b> |
| 11.1. Conceito .....  | 233        |
| 11.2. Espécies.....   | 233        |
| 11.3. Tipo legal .....  | 233        |
| 11.4. Funções do tipo legal.....                                | 233        |
| 11.4.1. Função de garantia.....                                 | 234        |
| 11.4.2. Função fundamentadora .....                             | 234        |
| 11.4.3. Função indiciária da ilicitude.....                     | 234        |
| 11.4.4. Função diferenciadora do erro .....                     | 235        |
| 11.4.5. Função seletiva .....                                   | 235        |
| 11.5. Estrutura do tipo legal.....                              | 235        |
| 11.5.1. Elementos modais.....                                   | 237        |
| 11.6. Classificação doutrinária do tipo legal .....             | 237        |
| 11.6.1. Tipo normal e tipo anormal .....                        | 237        |
| 11.6.2. Tipo fundamental e tipo derivado .....                  | 237        |
| 11.6.3. Tipo fechado e tipo aberto .....                        | 238        |
| 11.6.4. Tipo de autor e tipo de fato.....                       | 238        |
| 11.6.5. Tipo simples e tipo misto .....                         | 238        |
| 11.6.6. Tipo congruente e tipo incongruente .....               | 239        |
| 11.6.7. Tipo complexo .....                                     | 239        |
| 11.6.8. Tipo preventivo.....                                    | 239        |
| <b>CAPÍTULO 12 - CRIME DOLOSO .....</b>                         | <b>241</b> |
| 12.1. Introdução .....  | 241        |
| 12.2. Teorias do dolo .....                                     | 241        |
| 12.2.1. Teorias adotadas pelo Código Penal.....                 | 241        |
| 12.3. Elementos do dolo.....                                    | 242        |
| 12.4. Dolo natural e dolo normativo.....                        | 243        |
| 12.5. Espécies de dolo.....                                     | 243        |
| 12.5.1. Dolo direto e dolo indireto .....                       | 243        |
| 12.5.1.1. Dolo eventual e os crimes de trânsito .....           | 245        |
| 12.5.2. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i> .....           | 246        |
| 12.5.3. Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino) ..... | 246        |
| 12.5.4. Dolo genérico e dolo específico.....                    | 247        |
| 12.5.5. Dolo presumido .....                                    | 247        |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 12.5.6.                                      | Dolo de dano e dolo de perigo.....                             | 247        |
| 12.5.7.                                      | Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau.....              | 248        |
| 12.5.8.                                      | Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i> ..... | 248        |
| 12.5.9.                                      | Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente.....           | 249        |
| 12.5.10.                                     | Dolo abandonado.....   | 249        |
| 12.5.11.                                     | Dolo unitário ou global.....                                   | 250        |
| 12.6.  | O dolo nas contravenções penais.....                           | 250        |
| 12.7.  | Prova do dolo e teoria dos indicadores externos.....           | 251        |
| 12.8.  | Dolo sem vontade.....  | 251        |
| <b>CAPÍTULO 13 - CRIME CULPOSO.....</b>      |  | <b>253</b> |
| 13.1.  | Introdução.....  | 253        |
| 13.2.  | Fundamento da punibilidade da culpa.....                       | 253        |
| 13.3.  | Conceito de crime culposos.....                                | 254        |
| 13.4.  | Elementos do crime culposos.....                               | 254        |
| 13.4.1.                                      | Conduta voluntária.....  | 255        |
| 13.4.2.                                      | Violação do dever objetivo de cuidado.....                     | 255        |
| 13.4.2.1.                                    | Apontamentos gerais.....                                       | 255        |
| 13.4.2.2.                                    | Modalidades de culpa.....                                      | 256        |
| 13.4.3.                                      | Resultado naturalístico involuntário.....                      | 258        |
| 13.4.4.                                      | Nexo causal.....   | 258        |
| 13.4.5.                                      | Tipicidade.....  | 259        |
| 13.4.6.                                      | Previsibilidade objetiva.....                                  | 259        |
| 13.4.7.                                      | Ausência de previsão.....                                      | 260        |
| 13.5.  | Espécies de culpa.....   | 260        |
| 13.5.1.                                      | Culpa inconsciente e culpa consciente.....                     | 260        |
| 13.5.2.                                      | Culpa própria e culpa imprópria.....                           | 261        |
| 13.5.3.                                      | Culpa mediata ou indireta.....                                 | 262        |
| 13.5.4.                                      | Culpa presumida.....   | 262        |
| 13.6.  | Graus de culpa.....  | 263        |
| 13.7.  | Compensação de culpas.....                                     | 264        |
| 13.8.  | Concorrência de culpas.....                                    | 264        |
| 13.9.  | Caráter excepcional do crime culposos.....                     | 264        |
| 13.10.                                       | Exclusão da culpa.....   | 265        |
| <b>CAPÍTULO 14 - CRIME PRETERDOLOSO.....</b> |  | <b>267</b> |
| 14.1.  | Conceito.....  | 267        |
| 14.2.  | Relação entre dolo e culpa.....                                | 267        |

|   |            |
|---|------------|
| 14.3. <i>Versari in re illicita</i> .....   | 268        |
| 14.4. Crimes qualificados pelo resultado .....  | 268        |
| <b>CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO .....</b>   | <b>271</b> |
| 15.1. Introdução .....  | 271        |
| 15.2. Previsão legal.....   | 271        |
| 15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento .....   | 271        |
| 15.4. Conceito .....  | 272        |
| 15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios.....   | 272        |
| 15.5. Espécies.....   | 272        |
| 15.6. Efeitos.....  | 273        |
| 15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo.....   | 273        |
| 15.8. Discriminantes putativas.....   | 274        |
| 15.9. Erro determinado por terceiro.....  | 276        |
| 15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas .....                                     | 276        |
| 15.10. Erro de tipo acidental.....  | 277        |
| 15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> .....   | 277        |
| 15.10.2. Erro sobre o objeto .....  | 278        |
| 15.10.3. Erro sobre as qualificadoras .....   | 278        |
| 15.10.4. Erro sobre o nexa causal ou <i>aberratio causae</i> .....                                    | 278        |
| 15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....   | 279        |
| 15.10.5.1. Espécies de erro na execução .....   | 280        |
| 15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i> ..... | 280        |
| 15.10.6.1. Espécies .....   | 281        |
| 15.11. Gráfico conclusivo .....   | 281        |
| <b>CAPÍTULO 16 – ITER CRIMINIS.....</b>   | <b>283</b> |
| 16.1. Conceito .....  | 283        |
| 16.2. Fase interna: cogitação.....  | 283        |
| 16.3. Fase externa .....  | 284        |
| 16.3.1. Preparação.....   | 284        |
| 16.3.2. Execução.....   | 285        |
| 16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....                                | 285        |
| 16.3.4. Consumação .....  | 287        |
| 16.4. O exaurimento .....   | 288        |
| <b>CAPÍTULO 17 – TENTATIVA.....</b>   | <b>289</b> |
| 17.1. Dispositivo legal.....  | 289        |

|   |     |
|---|-----|
| 17.2. Conceito .....  | 289 |
| 17.3. Denominação.....  | 289 |
| 17.4. Elementos.....  | 289 |
| 17.5. Natureza jurídica.....  | 290 |
| 17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa.....                                | 290 |
| 17.7. Teoria adotada pelo Código Penal.....   | 291 |
| 17.7.1. Critério para diminuição da pena.....                                       | 291 |
| 17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Crimi-<br>nais ..... | 292 |
| 17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar.....                   | 292 |
| 17.10. Espécies de tentativa .....  | 292 |
| 17.10.1. Tentativa branca ou incruenta .....  | 293 |
| 17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha .....  | 293 |
| 17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....                            | 293 |
| 17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente<br>dita.....     | 293 |
| 17.11. Tentativa e crimes de ímpeto.....  | 293 |
| 17.12. Tentativa e dolo eventual .....  | 294 |
| 17.13. Inadmissibilidade da tentativa.....  | 295 |
| 17.14. Crimes punidos somente na forma tentada.....                                 | 298 |

## CAPÍTULO 18 - DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....

|  |     |
|--|-----|
| 18.1. Dispositivo legal.....   | 299 |
| 18.2. Distinção com a tentativa .....  | 299 |
| 18.3. Fundamento.....  | 300 |
| 18.4. Natureza jurídica.....   | 300 |
| 18.5. Desistência voluntária.....  | 301 |
| 18.6. Arrependimento eficaz.....   | 301 |
| 18.7. Requisitos.....  | 302 |
| 18.8. Motivos.....   | 302 |
| 18.9. Efeito .....   | 302 |
| 18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos.....                                 | 302 |
| 18.11. Adiamento da prática do crime.....  | 302 |
| 18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento<br>eficaz..... | 303 |
| 18.13. Tentativa qualificada.....  | 303 |
| 18.14. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e Lei de Terrorismo...          | 304 |



|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 19 – ARREPENDIMENTO POSTERIOR .....</b>                                    | <b>305</b> |
| 19.1. Conceito .....   | 305        |
| 19.2. Alocação do instituto .....  | 305        |
| 19.3. Natureza jurídica.....   | 305        |
| 19.4. Extensão do benefício.....   | 306        |
| 19.5. Fundamentos .....  | 306        |
| 19.6. Requisitos.....  | 306        |
| 19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas .....        | 308        |
| 19.8. Critério para redução da pena.....   | 308        |
| 19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa..... | 309        |
| 19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano.....                         | 309        |
| 19.10.1. Peculato culposo .....  | 309        |
| 19.10.2. Juizados Especiais Criminais.....   | 309        |
| 19.10.3. Apropriação indébita previdenciária .....                                     | 310        |
| 19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal.....                                   | 310        |
| <b>CAPÍTULO 20 – CRIME IMPOSSÍVEL .....</b>  | <b>311</b> |
| 20.1. Conceito .....   | 311        |
| 20.2. Natureza jurídica.....   | 311        |
| 20.3. Teorias sobre o crime impossível.....  | 312        |
| 20.4. Espécies de crime impossível.....  | 313        |
| 20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta .....                    | 314        |
| 20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível .....                         | 314        |
| 20.7. Crime putativo e crime impossível.....   | 315        |
| 20.7.1. Conceito de crime putativo .....   | 315        |
| 20.7.2. Espécies de crime putativo .....   | 315        |
| 20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo.....                         | 317        |
| <b>CAPÍTULO 21 – ILICITUDE .....</b>   | <b>319</b> |
| 21.1. Conceito .....   | 319        |
| 21.2. Ilicitude formal e ilicitude material.....                                       | 319        |
| 21.3. Concepção unitária.....  | 319        |
| 21.4. Terminologia.....  | 320        |
| 21.5. Ilícito e injusto.....   | 321        |
| 21.6. Ilicitude genérica e ilicitude específica .....                                  | 321        |
| 21.7. Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva .....                                   | 322        |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 21.8.  | Ilícitude penal e ilícitude extrapenal.....                                | 322        |
| 21.9.  | Causas de exclusão da ilícitude.....                                       | 322        |
| 21.9.1.  | Introdução.....  | 322        |
| 21.9.2.  | Nomenclatura .....   | 323        |
| 21.9.3.  | Previsão legal.....  | 323        |
| 21.9.4.  | Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilícitude ..... | 324        |
| 21.9.5.  | Causas de exclusão da ilícitude e aspectos processuais .....               | 325        |
| 21.9.5.1.                                      | Prisão provisória e causas de exclusão da ilícitude .....                  | 325        |
| 21.9.6.  | Causas supralegais de exclusão da ilícitude.....                           | 326        |
| 21.9.6.1.                                      | Consentimento do ofendido.....   | 327        |
| 21.9.7.  | Discriminante em branco (ou excludente da ilícitude em branco).....        | 330        |
| 21.9.8.  | Visão geral .....  | 331        |
| <b>CAPÍTULO 22 ESTADO DE NECESSIDADE .....</b> |  | <b>333</b> |
| 22.1.  | Dispositivo legal.....   | 333        |
| 22.2.  | Conceito .....   | 333        |
| 22.3.  | Natureza jurídica.....   | 333        |
| 22.4.  | Teorias.....   | 334        |
| 22.5.  | Requisitos .....   | 335        |
| 22.5.1.  | Situação de necessidade.....   | 336        |
| 22.5.1.1.                                      | Perigo atual.....  | 336        |
| 22.5.1.2.                                      | Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....                      | 336        |
| 22.5.1.3.                                      | Ameaça a direito próprio ou alheio .....                                   | 338        |
| 22.5.1.4.                                      | Ausência do dever legal de enfrentar o perigo....                          | 338        |
| 22.5.2.  | Fato necessitado .....   | 339        |
| 22.5.2.1.                                      | Inevitabilidade do perigo por outro modo .....                             | 339        |
| 22.5.2.2.                                      | Proporcionalidade.....   | 340        |
| 22.6.  | Causa de diminuição da pena.....   | 340        |
| 22.7.  | Espécies de estado de necessidade .....                                    | 340        |
| 22.7.1.  | Quanto ao bem sacrificado.....   | 340        |
| 22.7.2.  | Quanto à titularidade do bem jurídico preservado.....                      | 341        |
| 22.7.3.  | Quanto à origem da situação de perigo .....                                | 341        |
| 22.7.4.  | Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....                                | 341        |
| 22.8.  | Estado de necessidade recíproco .....                                      | 341        |
| 22.9.  | Casos específicos de estado de necessidade .....                           | 342        |

|  |            |
|--|------------|
| 22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade .....                           | 342        |
| 22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais .....              | 342        |
| 22.12. Estado de necessidade e erro na execução .....                            | 343        |
| 22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas .....                     | 343        |
| <b>CAPÍTULO 23 - LEGÍTIMA DEFESA .....</b>                                       | <b>345</b> |
| 23.1. Fundamento .....   | 345        |
| 23.2. Dispositivo legal .....  | 346        |
| 23.3. Natureza jurídica e conceito .....   | 346        |
| 23.4. Requisitos legais .....  | 346        |
| 23.4.1. Agressão injusta .....   | 346        |
| 23.4.2. Agressão atual ou iminente .....   | 347        |
| 23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio .....                               | 348        |
| 23.4.4. Reação com os meios necessários .....                                    | 348        |
| 23.4.5. Uso moderado dos meios necessários .....                                 | 349        |
| 23.5. Agente de segurança pública e vítima refém de crime .....                  | 350        |
| 23.6. Legítima defesa e vingança .....   | 351        |
| 23.7. Desafio e legítima defesa .....  | 351        |
| 23.8. Espécies de legítima defesa .....  | 351        |
| 23.8.1. Quanto à forma de reação .....   | 351        |
| 23.8.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido .....                    | 352        |
| 23.8.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende .....                     | 352        |
| 23.8.4. Legítima defesa da honra .....   | 352        |
| 23.8.5. Legítima defesa presumida .....  | 353        |
| 23.8.6. Legítima defesa sucessiva .....  | 354        |
| 23.9. Legítima defesa contra a multidão .....                                    | 354        |
| 23.10. Legítima defesa contra pessoa jurídica .....                              | 354        |
| 23.11. Legítima defesa nas relações familiares .....                             | 354        |
| 23.12. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> .....                            | 355        |
| 23.13. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido .....             | 355        |
| 23.14. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa .....             | 355        |
| 23.15. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade ..... | 356        |
| 23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade .....   | 356        |
| 23.17. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade ..... | 357        |
| 23.18. Legítima defesa e desobediência civil: distinção .....                    | 358        |
| <b>CAPÍTULO 24 - ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL .....</b>                    | <b>359</b> |
| 24.1. Dispositivo legal .....  | 359        |

|   |            |
|---|------------|
| 24.2. Natureza jurídica.....  | 359        |
| 24.3. Conceito .....  | 359        |
| 24.4. Fundamento.....   | 359        |
| 24.5. Dever legal .....   | 360        |
| 24.6. Destinatários da excludente.....  | 360        |
| 24.7. Limites da excludente .....   | 361        |
| 24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos.....                                       | 361        |
| 24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude .....   | 361        |
| 24.10. Atuação policial e Lei do Crime Organizado .....   | 361        |
| <b>CAPÍTULO 25 - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....</b>  | <b>363</b> |
| 25.1. Dispositivo legal.....  | 363        |
| 25.2. Natureza jurídica.....  | 363        |
| 25.3. Conceito .....  | 363        |
| 25.4. Limites da excludente.....  | 364        |
| 25.5. Costumes.....   | 364        |
| 25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito .....        | 365        |
| 25.7. Lesões em atividades esportivas.....  | 365        |
| 25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas .....  | 365        |
| 25.9. Ofendículas .....   | 366        |
| 25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade .....                                    | 367        |
| 25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas..... | 367        |
| <b>CAPÍTULO 26 EXCESSO.....</b>   | <b>369</b> |
| 26.1. Introdução.....   | 369        |
| 26.2. Dispositivo legal e alcance.....  | 369        |
| 26.3. Conceito .....  | 370        |
| 26.4. Espécies.....   | 370        |
| 26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante.....   | 370        |
| 26.4.2. Intensivo e extensivo.....  | 371        |
| 26.5. Legítima defesa e excesso.....  | 371        |
| 26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso .....      | 372        |
| <b>CAPÍTULO 27 - CULPABILIDADE .....</b>  | <b>375</b> |
| 27.1. Introdução.....   | 375        |
| 27.2. Conceito .....  | 376        |

|  |   |            |
|--|---|------------|
| 27.3.  | Culpabilidade pelo fato.....                                      | 376        |
| 27.4.  | Fundamento da culpabilidade.....                                  | 376        |
| 27.5.  | Evolução do conceito de culpabilidade.....                        | 376        |
| 27.5.1.  | Teoria psicológica.....   | 376        |
| 27.5.2.  | Teoria normativa ou psicológico-normativa.....                    | 378        |
| 27.5.3.  | Teoria normativa pura.....  | 379        |
| 27.6.  | Teoria adotada pelo Código Penal.....                             | 380        |
| 27.7.  | Teoria funcional da culpabilidade.....                            | 381        |
| 27.8.  | Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade.....               | 381        |
| 27.9.  | Coculpabilidade.....  | 381        |
| 27.9.1.  | Coculpabilidade às avessas.....                                   | 382        |
| 27.10.   | Culpabilidade formal e culpabilidade material.....                | 383        |
| 27.11.   | Graus de culpabilidade.....                                       | 383        |
| 27.12.   | Dirimentes.....   | 384        |
| <b>CAPÍTULO 28 - IMPUTABILIDADE PENAL.....</b> |   | <b>385</b> |
| 28.1.  | Introdução.....   | 385        |
| 28.2.  | Conceito.....   | 385        |
| 28.3.  | Momento para constatação da imputabilidade.....                   | 386        |
| 28.4.  | Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade..... | 386        |
| 28.5.  | Causas de inimputabilidade.....                                   | 387        |
| 28.6.  | Menoridade.....   | 387        |
| 28.6.1.  | Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil.....              | 387        |
| 28.6.2.  | Redução da maioridade penal.....                                  | 388        |
| 28.6.3.  | Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal.....      | 388        |
| 28.6.4.  | Menoridade penal e crimes militares.....                          | 388        |
| 28.7.  | Inimputabilidade por doença mental.....                           | 389        |
| 28.7.1.  | Doente mental e intervalos de lucidez.....                        | 389        |
| 28.8.  | Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto.....       | 389        |
| 28.9.  | Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....        | 389        |
| 28.10.   | A perícia médica.....   | 390        |
| 28.11.   | Efeitos da inimputabilidade.....                                  | 392        |
| 28.12.   | Imputabilidade diminuída ou restrita.....                         | 392        |
| 28.12.1.                                       | Dispositivo legal.....  | 392        |
| 28.12.2.                                       | Nomenclatura.....   | 392        |
| 28.12.3.                                       | Conceito.....   | 393        |
| 28.12.4.                                       | Sistema adotado.....  | 393        |

|  |            |
|--|------------|
| 28.12.5. Natureza jurídica .....   | 393        |
| 28.12.6. Efeitos .....   | 394        |
| 28.13. Emoção e paixão.....  | 395        |
| 28.13.1. Apontamento histórico.....  | 395        |
| 28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal.....  | 395        |
| 28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções .....   | 395        |
| 28.13.4. Efeitos .....   | 396        |
| 28.13.5. Emoção e paixão patológicas .....   | 396        |
| 28.13.6. Espécies .....  | 396        |
| 28.13.7. Disposições especiais no Código Penal.....  | 396        |
| 28.13.8. A questão do homicídio passional.....   | 397        |
| 28.14. Embriaguez.....   | 398        |
| 28.14.1. Conceito .....  | 398        |
| 28.14.2. Denominação .....   | 398        |
| 28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crônico..                                     | 398        |
| 28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez.....  | 398        |
| 28.14.5. Espécies de embriaguez.....   | 399        |
| 28.14.5.1. Quanto à intensidade.....   | 399        |
| 28.14.5.2. Quanto à origem .....   | 399        |
| 28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança .....                                     | 400        |
| 28.14.7. Prova da embriaguez .....   | 400        |
| 28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro .....                                 | 400        |
| 28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....  | 404        |
| <b>CAPÍTULO 29 – POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE .....</b>  | <b>409</b> |
| 29.1. Introdução.....  | 409        |
| 29.2. Evolução .....   | 409        |
| 29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...                            | 410        |
| 29.4. Exclusão.....  | 411        |
| 29.4.1. Erro de proibição.....   | 411        |
| 29.4.1.1. Introdução.....  | 411        |
| 29.4.1.2. Desconhecimento da lei ( <i>ignorantia legis</i> ).....                                      | 411        |
| 29.4.1.3. Conceito de erro de proibição.....   | 412        |
| 29.4.1.4. Efeitos: escusável e inescusável.....  | 412        |
| 29.4.1.5. Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição..... | 413        |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 29.4.1.6.  | Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental..... | 414        |
| 29.4.1.7.  | Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição.....      | 415        |
| 29.4.1.8.  | Diferença entre erro de tipo e erro de proibição....               | 415        |
| 29.4.1.9.  | O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato.....           | 415        |
| <b>CAPÍTULO 30 - EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....</b> |  | <b>417</b> |
| 30.1.  | Conceito .....   | 417        |
| 30.2.  | Causas supralegais de exclusão da culpabilidade.....               | 417        |
| 30.2.1.  | Origem histórica.....  | 417        |
| 30.2.2.  | Situação atual: admissibilidade e fundamentos.....                 | 418        |
| 30.3.  | Coação moral irresistível.....                                     | 419        |
| 30.3.1.  | Dispositivo legal e incidência.....                                | 419        |
| 30.3.2.  | Fundamento.....  | 419        |
| 30.3.3.  | Requisitos.....  | 420        |
| 30.3.4.  | Efeitos.....   | 420        |
| 30.3.5.  | Temor reverencial.....   | 421        |
| 30.4.  | Obediência hierárquica.....  | 421        |
| 30.4.1.  | Dispositivo legal.....   | 421        |
| 30.4.2.  | Conceito .....   | 421        |
| 30.4.3.  | Fundamentos .....  | 422        |
| 30.4.4.  | Requisitos .....   | 422        |
| 30.4.5.  | Efeitos .....  | 423        |
| <b>CAPÍTULO 31 - CONCURSO DE PESSOAS .....</b>             |  | <b>425</b> |
| 31.1.  | Tratamento legislativo .....                                       | 425        |
| 31.2.  | Denominação.....   | 425        |
| 31.3.  | Conceito .....   | 425        |
| 31.4.  | Requisitos .....   | 425        |
| 31.4.1.  | Pluralidade de agentes culpáveis .....                             | 425        |
| 31.4.2.  | Relevância causal das condutas para a produção do resultado .....  | 427        |
| 31.4.3.  | Vínculo subjetivo.....   | 427        |
| 31.4.4.  | Unidade de infração penal para todos os agentes.....               | 428        |
| 31.4.5.  | Existência de fato punível.....                                    | 429        |
| 31.5.  | Autoria.....   | 430        |
| 31.5.1.  | Teorias.....   | 430        |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 31.5.2.   | Teoria adotada pelo Código Penal.....  | 432 |
| 31.6.     | Punibilidade no concurso de pessoas.....   | 433 |
| 31.7.     | Cooperação dolosamente distinta.....   | 434 |
| 31.8.     | Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação.....                | 435 |
| 31.8.1.   | Coautoria.....   | 435 |
| 31.8.1.1. | Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria.....                          | 436 |
| 31.8.1.2. | O executor de reserva .....  | 436 |
| 31.8.1.3. | Coautoria sucessiva.....   | 437 |
| 31.8.1.4. | Coautoria em crimes omissivos.....   | 437 |
| 31.8.1.5. | A autoria mediata.....   | 438 |
| 31.8.1.6. | Autoria por determinação .....   | 439 |
| 31.8.1.7. | Autoria de escritório.....   | 440 |
| 31.8.1.8. | A teoria do domínio da organização .....   | 441 |
| 31.8.1.9. | Autoria por convicção.....   | 441 |
| 31.8.2.   | Participação.....  | 442 |
| 31.8.2.1. | Espécies .....   | 442 |
| 31.8.2.2. | Punição do partícipe: teorias da acessoriedade....                               | 443 |
| 31.8.2.3. | Participação de menor importância.....   | 445 |
| 31.8.2.4. | Participação impunível .....   | 446 |
| 31.8.2.5. | Participação por omissão.....  | 446 |
| 31.8.2.6. | Conivência .....   | 447 |
| 31.8.2.7. | Participação sucessiva .....   | 447 |
| 31.8.2.8. | Participação em cadeia ou participação da participação .....                     | 447 |
| 31.8.2.9. | Participação em ação alheia .....  | 447 |
| 31.9.     | Circunstâncias incomunicáveis: o art. 30 do Código Penal.....                    | 448 |
| 31.9.1.   | Distinção entre elementares e circunstâncias.....                                | 448 |
| 31.9.2.   | Espécies de elementares e de circunstâncias.....                                 | 448 |
| 31.9.3.   | Condições de caráter pessoal.....  | 449 |
| 31.9.4.   | As regras do art. 30 do Código Penal.....  | 449 |
| 31.9.5.   | Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio..... | 450 |
| 31.10.    | O excesso no mandato criminal.....   | 450 |
| 31.11.    | Questões diversas.....   | 451 |
| 31.11.1.  | Autoria colateral .....  | 451 |
| 31.11.2.  | Autoria incerta.....   | 451 |
| 31.11.3.  | Autoria desconhecida.....  | 452 |



|  |     |
|--|-----|
| 31.12. Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....                           | 452 |
| 31.12.1. Denúncia geral <i>versus</i> processo penal kafkiano (“criptoimputação”)..... | 453 |
| 31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos.....                                      | 454 |
| 31.13.1. Coautoria e crimes culposos.....  | 455 |
| 31.13.2. Participação e crimes culposos.....   | 455 |

### PARTE III

#### TEORIA GERAL DA PENA

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 32 – PENA: ASPECTOS GERAIS.....</b>                                      | <b>459</b> |
| 32.1. Sanção penal.....  | 459        |
| 32.2. Conceito.....  | 459        |
| 32.3. Princípios.....  | 460        |
| 32.4. Teorias e finalidades.....   | 462        |
| 32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva.....                                | 462        |
| 32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas.....                               | 463        |
| 32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção..... | 465        |
| 32.4.4. Teoria agnóstica.....  | 466        |
| 32.5. Função social da pena.....   | 466        |
| 32.6. Fundamentos da pena.....   | 467        |
| 32.7. Cominação das penas.....   | 468        |
| 32.8. Classificação das penas.....   | 469        |
| 32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena.....                  | 469        |
| 32.8.2. Quanto ao critério constitucional.....                                       | 469        |
| 32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal.....                            | 470        |
| 32.9. Abolicionismo penal.....   | 470        |
| 32.10. Justiça restaurativa.....   | 472        |
| 32.11. Justiça penal negociada.....  | 474        |
| 32.12. Teoria das janelas quebradas (“broken windows theory”).....                   | 474        |
| <b>CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....</b>                                | <b>477</b> |
| 33.1. Conceito.....  | 477        |
| 33.2. Espécies.....  | 477        |
| 33.3. Regimes penitenciários.....  | 477        |
| 33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....   | 477        |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 33.4.1.   | Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados.....                              | 478 |
| 33.4.2.   | Tráfico de drogas privilegiado e Lei dos Crimes Hediondos....  | 480 |
| 33.5.     | Competência para execução da pena privativa de liberdade.....  | 483 |
| 33.6.     | Jurisdicialização da execução penal.....   | 483 |
| 33.6.1.   | Diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros .....                                   | 483 |
| 33.7.     | Pena de reclusão .....   | 483 |
| 33.8.     | Pena de detenção.....  | 485 |
| 33.9.     | Pena de prisão simples .....   | 485 |
| 33.10.    | Diferenças entre reclusão e detenção.....  | 485 |
| 33.11.    | Pena-base aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso.....   | 486 |
| 33.12.    | Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória ..... | 486 |
| 33.13.    | Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves.....  | 487 |
| 33.14.    | Progressão de regime prisional.....  | 487 |
| 33.14.1.  | Progressão especial para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência .....             | 492 |
| 33.14.2.  | Proibição da progressão “por saltos” .....   | 494 |
| 33.14.3.  | Progressão e crimes contra a Administração Pública .....   | 494 |
| 33.14.4.  | Progressão e crimes hediondos ou equiparados.....  | 495 |
| 33.14.5.  | Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo (ou equiparado) e crime comum.....            | 497 |
| 33.14.6.  | Progressão e nova condenação .....   | 499 |
| 33.14.7.  | Processamento do pedido de progressão.....   | 500 |
| 33.14.8.  | Progressão e prática de falta grave.....   | 500 |
| 33.14.9.  | Progressão e <i>habeas corpus</i> .....  | 501 |
| 33.14.10. | Progressão de regime, organização criminoso e manutenção do agrupamento ilícito .....  | 501 |
| 33.14.11. | Progressão de regime, colaboração premiada e Lei do Crime Organizado.....  | 501 |
| 33.14.12. | Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite .....                                    | 502 |
| 33.14.13. | Progressão de regime e prisão em unidade militar.....  | 502 |
| 33.14.14. | Progressão de regime e cumprimento da pena em penitenciária federal de segurança máxima.....                                     | 502 |
| 33.14.15. | Progressão de regime, custódia cautelar e termo inicial .....  | 503 |
| 33.15.    | Regressão.....   | 503 |

|  |     |
|--|-----|
| 33.15.1. Regressão “por saltos”.....   | 506 |
| 33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória.....                       | 506 |
| 33.15.3. Regressão cautelar.....   | 506 |
| 33.16. Execução provisória.....  | 507 |
| 33.16.1. Execução provisória de réu preso.....   | 507 |
| 33.16.2. Execução provisória de réu solto.....   | 508 |
| 33.16.2.1. Introdução.....   | 508 |
| 33.16.2.2. A execução provisória da pena no direito comparado.....   | 510 |
| 33.16.2.3. A relatividade da presunção de inocência.....   | 510 |
| 33.16.2.4. Presunção de inocência <i>versus</i> efetividade da Justiça penal.....                          | 511 |
| 33.16.2.5. As vantagens proporcionadas pela execução provisória.....                                       | 513 |
| 33.16.2.6. Análise do art. 283 do Código de Processo Penal.....  | 514 |
| 33.16.3. Execução provisória de pena e desaforamento.....  | 515 |
| 33.16.4. Execução provisória e prisão especial.....  | 516 |
| 33.16.5. Execução provisória e Tribunal do Júri.....   | 516 |
| 33.16.5.1. Direito intertemporal.....  | 518 |
| 33.17. Autorizações de saída.....  | 518 |
| 33.17.1. Permissão de saída.....   | 518 |
| 33.17.2. Saída temporária.....   | 518 |
| 33.17.2.1. Saída temporária e monitoração eletrônica.....  | 520 |
| 33.17.2.2. Saídas temporárias automatizadas.....   | 521 |
| 33.18. Regras do regime fechado.....   | 522 |
| 33.18.1. Local de cumprimento da pena.....   | 524 |
| 33.18.2. Estabelecimentos penais de segurança máxima.....  | 525 |
| 33.18.2.1. Juízos colegiados.....  | 527 |
| 33.18.2.2. Líderes de organizações criminosas.....   | 527 |
| 33.18.3. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....  | 528 |
| 33.19. Regras do regime semiaberto.....  | 532 |
| 33.19.1. Falta de colônia agrícola ou industrial e cumprimento da pena em estabelecimento adequado.....    | 532 |
| 33.19.2. Regime semiaberto e recurso da defesa.....  | 533 |
| 33.19.3. Pandemia causada pela Covid-19, suspensão temporária do trabalho externo e prisão domiciliar..... | 533 |
| 33.20. Regras do regime aberto.....  | 535 |

|  |     |
|--|-----|
| 33.20.1. Regime aberto e prestação de serviços à comunidade.....   | 536 |
| 33.20.2. Legislação local.....   | 536 |
| 33.20.3. Prisão albergue domiciliar.....   | 536 |
| 33.20.3.1. Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar:<br>distinção.....   | 537 |
| 33.20.3.2. Gestantes e mães presas preventivamente e<br>substituição por prisão domiciliar: <i>habeas corpus</i><br>coletivo e arts. 318-A e 318-B do Código de<br>Processo Penal..... | 538 |
| 33.20.3.3. Prisão domiciliar e monitoração eletrônica .....  | 539 |
| 33.20.3.4. Monitoração eletrônica e Resolução CNPCP n.º<br>05/2017 .....   | 540 |
| 33.20.4. Regime aberto e crimes militares.....   | 540 |
| 33.21. A súmula vinculante 56: aplicabilidade aos regimes semiaberto e<br>aberto.....  | 540 |
| 33.22. Tabela comparativa entre os regimes.....  | 542 |
| 33.23. Regime especial.....  | 543 |
| 33.23.1. Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos .....   | 543 |
| 33.23.2. Proibição (ou não) de revista íntima.....   | 543 |
| 33.24. Direitos do preso .....   | 545 |
| 33.24.1. A questão da visita íntima.....   | 545 |
| 33.24.2. Visita social.....  | 546 |
| 33.24.3. Limitação ao uso de algemas .....   | 546 |
| 33.24.3.1. Uso de algemas pela polícia para apresentação<br>do preso à imprensa .....  | 549 |
| 33.24.4. A separação dos presos nos estabelecimentos penais .....  | 550 |
| 33.24.5. Obras emergenciais em presídios: a reserva do possível e a<br>separação dos Poderes do Estado.....  | 551 |
| 33.24.6. Superlotação carcerária e responsabilidade civil do Estado.   | 552 |
| 33.25. Trabalho do preso.....  | 553 |
| 33.25.1. Política Nacional de Trabalho no sistema prisional .....  | 554 |
| 33.26. Legislação especial.....  | 554 |
| 33.27. Remição.....  | 554 |
| 33.27.1. Remição pelo trabalho.....  | 555 |
| 33.27.2. Remição pelo estudo.....  | 557 |
| 33.27.3. Regras comuns à remição.....  | 561 |
| 33.27.4. Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo.....  | 562 |
| 33.27.5. Falta grave e perda dos dias remidos.....   | 562 |

|   |            |
|---|------------|
| 33.27.6. Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal.....                                       | 566        |
| 33.28. Detração penal .....   | 567        |
| 33.28.1. Competência para aplicação da detração penal e reflexos no regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade..... | 567        |
| 33.28.2. Detração penal e penas restritivas de direitos.....  | 568        |
| 33.28.3. Detração penal e pena de multa .....   | 568        |
| 33.28.4. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade ( <i>sursis</i> ).....                     | 568        |
| 33.28.5. Detração penal e prescrição .....  | 568        |
| 33.28.6. Detração penal e prisão provisória em outro processo .....   | 569        |
| <b>CAPÍTULO 34 APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>   | <b>571</b> |
| 34.1. Conceito .....  | 571        |
| 34.2. Pressuposto .....   | 571        |
| 34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena.....   | 572        |
| 34.4. Elementares e circunstâncias.....   | 573        |
| 34.4.1. Classificação das circunstâncias.....   | 573        |
| 34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena.....   | 573        |
| 34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras .....  | 574        |
| 34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena.....  | 574        |
| 34.8. O critério trifásico.....   | 575        |
| 34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena--base.....   | 577        |
| 34.9.1. Culpabilidade.....  | 579        |
| 34.9.2. Antecedentes.....   | 581        |
| 34.9.3. Conduta social .....  | 583        |
| 34.9.4. Personalidade do agente.....  | 584        |
| 34.9.5. Motivos do crime .....  | 585        |
| 34.9.6. Circunstâncias do crime.....  | 586        |
| 34.9.7. Consequências do crime.....   | 586        |
| 34.9.8. Comportamento da vítima .....   | 587        |
| 34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: atenuantes e agravantes.....   | 588        |
| 34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP) .....   | 590        |
| 34.10.1.1. Introdução.....  | 590        |
| 34.10.1.2. Conceito .....   | 591        |
| 34.10.1.3. Requisitos.....  | 591        |
| 34.10.1.4. Natureza jurídica .....  | 595        |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| 34.10.1.5.  | Prova da reincidência .....  | 595 |
| 34.10.1.6.  | Espécies .....   | 595 |
| 34.10.1.7.  | Validade da condenação anterior para fins de reincidência.....   | 596 |
| 34.10.1.8.  | Extinção da punibilidade do crime anterior.....  | 597 |
| 34.10.1.9.  | Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário .....   | 597 |
| 34.10.1.10. | Efeitos da reincidência .....  | 598 |
| 34.10.1.11. | Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência.....  | 599 |
| 34.10.1.12. | Reincidência e maus antecedentes .....   | 600 |
| 34.10.1.13. | Reconhecimento equivocado da reincidência, prejuízo ao réu e indenização pelo erro judiciário.....   | 601 |
| 34.10.1.14. | Falta de reconhecimento da reincidência pelo juízo da condenação e proclamação pelo juízo da execução para fins de benefícios .....  | 601 |
| 34.10.2.    | Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP).....  | 602 |
| 34.10.2.1.  | Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”).....  | 602 |
| 34.10.2.2.  | Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”).....   | 603 |
| 34.10.2.3.  | À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”).....                                       | 604 |
| 34.10.2.4.  | Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”).....  | 604 |
| 34.10.2.5.  | Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”).....   | 604 |
| 34.10.2.6.  | Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”) ..... | 605 |
| 34.10.2.7.  | Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”).....  | 606 |
| 34.10.2.8.  | Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”) .....  | 606 |
| 34.10.2.9.  | Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”).....   | 607 |

|   |  |            |
|---|--|------------|
| 34.10.2.10.   | Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”).....                 | 607        |
| 34.10.2.11.   | Em estado de embriaguez preordenada (alínea “l”).....  | 608        |
| 34.10.3.  | Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP).....   | 608        |
| 34.10.3.1.  | Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)   | 608        |
| 34.10.3.2.  | Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II).....  | 609        |
| 34.10.3.3.  | Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III) ..... | 610        |
| 34.10.3.4.  | Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..   | 610        |
| 34.10.4.  | Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP).....  | 610        |
| 34.10.4.1.  | Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I).....                           | 610        |
| 34.10.4.2.  | O desconhecimento da lei (inciso II).....  | 611        |
| 34.10.4.3.  | Ter o agente (inciso III).....   | 611        |
| 34.10.4.4.  | Atenuantes inominadas (art. 66 do CP).....   | 616        |
| 34.10.5.  | Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....  | 617        |
| 34.10.5.1.  | Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....  | 617        |
| 34.10.5.2.  | Concurso entre promessa de recompensa e confissão espontânea.....  | 618        |
| 34.11.  | A terceira fase da dosimetria da pena: causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes) .....   | 618        |
| <b>CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....</b> |  | <b>621</b> |
| 35.1.   | Conceito .....   | 621        |
| 35.2.   | Espécies.....  | 622        |
| 35.3.   | Natureza jurídica.....   | 622        |
| 35.4.   | Duração das penas restritivas de direitos .....  | 623        |
| 35.5.   | Requisitos.....  | 624        |
| 35.5.1.   | Requisitos objetivos.....  | 624        |
| 35.5.2.   | Requisitos subjetivos .....  | 627        |
| 35.6.   | Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos .....   | 628        |

|   |     |
|---|-----|
| 35.6.1. A problemática relacionada ao tráfico de drogas.....  | 628 |
| 35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....                            | 629 |
| 35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares.....   | 631 |
| 35.9. Momento da substituição.....  | 631 |
| 35.10. Regras da substituição .....   | 632 |
| 35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....                         | 632 |
| 35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva.....     | 633 |
| 35.11.2. Impossibilidade de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade a pedido do réu..... | 634 |
| 35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....                         | 635 |
| 35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos.....  | 635 |
| 35.13.1. Penas restritivas de direitos e execução provisória.....   | 635 |
| 35.14. Política Nacional de Alternativas Penais.....  | 636 |
| 35.15. Penas restritivas de direitos em espécie.....  | 636 |
| 35.15.1. Classificação.....   | 636 |
| 35.15.2. Prestação pecuniária.....  | 637 |
| 35.15.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções.....  | 639 |
| 35.15.3. Perda de bens e valores .....  | 639 |
| 35.15.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções .....                             | 640 |
| 35.15.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....  | 640 |
| 35.15.4.1. Execução da prestação de serviços à comunidade.....  | 642 |
| 35.15.4.2. Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados.....   | 642 |
| 35.15.4.3. Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais.....  | 642 |
| 35.15.4.4. Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade.....                        | 642 |
| 35.15.4.5. Prestação de serviços à comunidade e crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.....                | 643 |
| 35.15.5. Interdição temporária de direitos.....   | 643 |
| 35.15.5.1. Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....             | 644 |



|  |  |            |
|--|--|------------|
| 35.15.5.2.                                   | Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público..... | 645        |
| 35.15.5.3.                                   | Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....  | 645        |
| 35.15.5.4.                                   | Proibição de frequentar determinados lugares ..  | 646        |
| 35.15.5.5.                                   | Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....  | 646        |
| 35.15.6.                                     | Limitação de fim de semana .....   | 647        |
| <b>CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA.....</b>      |  | <b>649</b> |
| 36.1.  | Conceito .....   | 649        |
| 36.2.  | Fundo Penitenciário.....   | 649        |
| 36.3.  | Critério adotado para a pena de multa.....   | 649        |
| 36.3.1.                                      | Crimes em licitações e contratos administrativos.....  | 650        |
| 36.4.  | Aplicação da pena de multa.....  | 651        |
| 36.5.  | Valor ineficaz da pena de multa.....   | 652        |
| 36.6.  | Multa excessiva.....   | 652        |
| 36.7.  | Multa irrisória .....  | 652        |
| 36.8.  | Pagamento voluntário da multa.....   | 653        |
| 36.9.  | Execução da pena de multa.....   | 653        |
| 36.10.                                       | Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa.....   | 655        |
| 36.11.                                       | Pena de multa e <i>habeas corpus</i> .....   | 656        |
| 36.12.                                       | Multa e correção monetária .....   | 656        |
| 36.13.                                       | Suspensão da execução da multa .....   | 656        |
| 36.14.                                       | Multa substitutiva .....   | 656        |
| 36.15.                                       | Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça .....   | 657        |
| 36.16.                                       | Pena de multa na Lei de Drogas.....  | 657        |
| 36.17.                                       | Pena de multa e violência doméstica E familiar contra a mulher.....  | 658        |
| <b>CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES.....</b> |  | <b>659</b> |
| 37.1.  | Conceito .....   | 659        |
| 37.2.  | Espécies.....  | 659        |
| 37.3.  | Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes.....   | 659        |
| 37.3.1.                                      | Sistema do cúmulo material.....  | 659        |
| 37.3.2.                                      | Sistema da exasperação .....   | 659        |
| 37.3.3.                                      | Sistema da absorção.....   | 659        |
| 37.4.  | Concurso material.....   | 660        |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 37.4.1.   | Conceito e dispositivo legal.....  | 660 |
| 37.4.2.   | Espécies .....   | 661 |
| 37.4.3.   | Momento adequado para a soma das penas.....  | 661 |
| 37.4.4.   | Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção .....                             | 661 |
| 37.4.5.   | Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....               | 661 |
| 37.4.6.   | Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos .....             | 662 |
| 37.4.7.   | Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995)..... | 662 |
| 37.5.     | Concurso formal.....   | 662 |
| 37.5.1.   | Conceito e dispositivo legal.....  | 662 |
| 37.5.2.   | Espécies .....   | 663 |
| 37.5.2.1. | Homogêneo e heterogêneo .....  | 663 |
| 37.5.2.2. | Perfeito e imperfeito .....  | 663 |
| 37.5.3.   | Teorias sobre o concurso formal.....   | 663 |
| 37.5.4.   | Aplicação da pena no concurso formal .....   | 664 |
| 37.5.5.   | Concurso material benéfico.....  | 665 |
| 37.6.     | Crime continuado.....  | 665 |
| 37.6.1.   | Conceito e dispositivo legal.....  | 665 |
| 37.6.2.   | Origem histórica.....  | 666 |
| 37.6.3.   | Natureza jurídica .....  | 666 |
| 37.6.4.   | Requisitos do crime continuado.....  | 667 |
| 37.6.4.1. | Pluralidade de condutas.....   | 667 |
| 37.6.4.2. | Pluralidade de crimes da mesma espécie .....   | 667 |
| 37.6.4.3. | Conexão temporal.....  | 668 |
| 37.6.4.4. | Conexão espacial .....   | 668 |
| 37.6.4.5. | Conexão modal.....   | 668 |
| 37.6.4.6. | Conexão ocasional.....   | 669 |
| 37.6.4.7. | Crime continuado e unidade de desígnio .....   | 669 |
| 37.6.5.   | Espécies de crime continuado e dosimetria da pena .....                                | 670 |
| 37.6.6.   | Concurso material benéfico.....  | 672 |
| 37.6.7.   | Crime continuado e conflito de leis no tempo .....                                     | 672 |
| 37.6.8.   | Crime continuado e prescrição.....   | 672 |
| 37.6.9.   | Crime continuado e suspensão condicional do processo.....                              | 673 |
| 37.6.10.  | Crime continuado e crime habitual: diferenças.....                                     | 673 |
| 37.7.     | Multa no concurso de crimes .....  | 674 |
| 37.8.     | Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes .....                                 | 675 |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 37.8.1.  | Concurso de crimes moderado ou limitado .....  | 675        |
| 37.8.2.  | Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos.....  | 675        |
| 37.8.3.  | Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais.....   | 675        |
| 37.8.4.  | Concurso entre crimes e contravenções penais.....  | 675        |
| <b>CAPÍTULO 38 – LIMITE DAS PENAS .....</b>              |  | <b>677</b> |
| 38.1.  | Introdução.....  | 677        |
| 38.2.  | Fundamentos .....  | 677        |
| 38.3.  | Unificação de penas .....  | 678        |
| 38.4.  | Competência para unificação das penas.....   | 679        |
| 38.5.  | Nova condenação e unificação das penas.....  | 679        |
| 38.6.  | Fuga do réu e cumprimento da pena unificada.....   | 679        |
| <b>CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....</b> |  | <b>681</b> |
| 39.1.  | Origem histórica.....  | 681        |
| 39.2.  | Sistemas .....   | 681        |
| 39.3.  | Conceito .....   | 682        |
| 39.4.  | Natureza jurídica.....   | 682        |
| 39.4.1.  | Política Nacional de Alternativas Penais.....  | 682        |
| 39.5.  | Requisitos .....   | 683        |
| 39.5.1.  | Requisitos objetivos.....  | 683        |
| 39.5.2.  | Requisitos subjetivos.....   | 684        |
| 39.6.  | Momento adequado para concessão do <i>sursis</i> .....   | 685        |
| 39.7.  | Espécies de <i>sursis</i> .....  | 685        |
| 39.8.  | Condições.....   | 686        |
| 39.9.  | <i>Sursis</i> incondicionado .....   | 686        |
| 39.10.   | Período de prova .....   | 687        |
| 39.11.   | Fiscalização das condições impostas durante o período de prova.....  | 687        |
| 39.12.   | Revogação.....   | 688        |
| 39.12.1.   | Revogação obrigatória.....   | 688        |
| 39.12.2.   | Revogação facultativa.....   | 689        |
| 39.12.3.   | Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional .....   | 690        |
| 39.13.   | Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado.....   | 690        |
| 39.14.   | Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecorrível por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova..... | 691        |

|   |            |
|---|------------|
| 39.15. Cassação do <i>sursis</i> .....  | 691        |
| 39.16. <i>Sursis</i> sucessivos.....  | 692        |
| 39.17. <i>Sursis</i> simultâneos.....   | 692        |
| 39.18. Prorrogação do período de prova .....  | 692        |
| 39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício..... | 693        |
| 39.20. Extinção da pena.....  | 693        |
| 39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados.....   | 694        |
| 39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiro .....   | 694        |
| 39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....  | 695        |
| 39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....   | 695        |
| 39.25. <i>Sursis</i> e detração penal.....  | 695        |
| 39.26. <i>Sursis</i> e indulto.....   | 695        |
| 39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário.....  | 696        |
| <b>CAPÍTULO 40 - LIVRAMENTO CONDICIONAL.....</b>  | <b>697</b> |
| 40.1. Evolução histórica.....   | 697        |
| 40.2. Conceito .....  | 697        |
| 40.3. Natureza jurídica.....  | 698        |
| 40.4. Diferenças com o <i>sursis</i> .....  | 698        |
| 40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional.....                                | 699        |
| 40.6. Egresso.....  | 700        |
| 40.7. Requisitos .....  | 700        |
| 40.7.1. Requisitos objetivos.....   | 700        |
| 40.7.2. Requisitos subjetivos .....   | 703        |
| 40.8. Rito do livramento condicional .....  | 705        |
| 40.9. Condições.....  | 707        |
| 40.10. Revogação do livramento condicional.....   | 708        |
| 40.10.1. Revogação obrigatória.....   | 708        |
| 40.10.1.1. Inciso I .....   | 709        |
| 40.10.1.2. Inciso II.....   | 710        |
| 40.10.2. Revogação facultativa.....   | 711        |
| 40.11. Suspensão do livramento condicional .....  | 712        |
| 40.12. Prorrogação do período de prova .....  | 713        |
| 40.13. Extinção da pena.....  | 714        |
| 40.14. Questões diversas sobre livramento condicional.....  | 714        |
| 40.14.1. Livramento condicional insubsistente.....  | 714        |
| 40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....  | 715        |

|  |            |
|--|------------|
| 40.14.3. Livramento condicional humanitário .....  | 715        |
| 40.14.4. Livramento condicional cautelar.....  | 715        |
| 40.14.5. Livramento condicional para estrangeiro .....   | 715        |
| 40.14.6. Livramento condicional e Lei do Crime Organizado.....   | 716        |
| <b>CAPÍTULO 41 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....</b>   | <b>717</b> |
| 41.1. Introdução.....  | 717        |
| 41.2. Pressuposto .....  | 717        |
| 41.3. Divisão dos efeitos da condenação .....  | 718        |
| 41.3.1. Efeitos principais .....   | 718        |
| 41.3.2. Efeitos secundários.....   | 718        |
| 41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal .....  | 718        |
| 41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal previstos no Código Penal .....                           | 719        |
| 41.4. Efeitos da condenação previstos fora do código penal.....  | 729        |
| 41.4.1. Abuso de autoridade.....   | 729        |
| 41.4.2. Suspensão dos direitos políticos .....   | 730        |
| 41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho.....  | 731        |
| 41.4.4. Lei de Licitações .....  | 731        |
| 41.4.5. Lei de Falências.....  | 731        |
| 41.4.6. Lei de Tortura .....   | 732        |
| 41.4.7. Lei de Drogas .....  | 732        |
| 41.4.8. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor .....  | 732        |
| 41.4.9. Lavagem de capitais.....   | 732        |
| 41.4.10. Crime organizado.....   | 733        |
| 41.4.11. Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.....                                    | 733        |
| 41.5. Quadro esquemático .....   | 734        |
| <b>CAPÍTULO 42 – REABILITAÇÃO.....</b>   | <b>735</b> |
| 42.1. Conceito .....   | 735        |
| 42.2. Origem histórica .....   | 735        |
| 42.3. Natureza jurídica.....   | 735        |
| 42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal.....   | 736        |
| 42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final .....                                      | 736        |
| 42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único ..... | 736        |

|  |   |            |
|--|---|------------|
| 42.4.2.1.                                      | Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....                          | 736        |
| 42.4.2.2.                                      | Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela ..... | 737        |
| 42.4.2.3.                                      | Inabilitação para dirigir veículo .....   | 737        |
| 42.5.  | Reabilitação e reincidência.....  | 737        |
| 42.6.  | Pressuposto e requisitos da reabilitação.....                                   | 738        |
| 42.6.1.  | Pressuposto .....   | 738        |
| 42.6.2.  | Requisitos.....   | 738        |
| 42.6.2.1.                                      | Requisitos objetivos.....   | 738        |
| 42.6.2.2.                                      | Requisitos subjetivos.....  | 740        |
| 42.7.  | Pedido de reabilitação.....   | 740        |
| 42.8.  | Revogação da reabilitação.....  | 741        |
| 42.9.  | Reabilitação e <i>habeas corpus</i> .....                                       | 741        |
| <b>CAPÍTULO 43 - MEDIDAS DE SEGURANÇA.....</b> |   | <b>743</b> |
| 43.1.  | Conceito .....  | 743        |
| 43.2.  | Distinções entre pena e medida de segurança.....                                | 743        |
| 43.3.  | Princípios das medidas de segurança.....  | 744        |
| 43.3.1.  | Legalidade .....  | 744        |
| 43.3.2.  | Anterioridade .....   | 744        |
| 43.3.3.  | Jurisdicionalidade .....  | 744        |
| 43.4.  | Requisitos para aplicação.....  | 744        |
| 43.5.  | Conceito de periculosidade .....  | 745        |
| 43.6.  | Espécies de periculosidade.....   | 746        |
| 43.7.  | Aplicação da medida de segurança.....   | 746        |
| 43.8.  | Espécies de medidas de segurança.....   | 748        |
| 43.9.  | Prazo mínimo da medida de segurança.....  | 749        |
| 43.10.   | Prazo máximo da medida de segurança.....  | 749        |
| 43.11.   | Execução das medidas de segurança .....   | 750        |
| 43.12.   | Medida de segurança provisória ou preventiva .....                              | 752        |
| 43.13.   | Conversão do tratamento ambulatorial para internação.....                       | 753        |
| 43.14.   | Desinternação progressiva.....  | 753        |
| 43.15.   | Conversão da pena em medida de segurança.....                                   | 754        |
| 43.16.   | Direitos do internado.....  | 755        |
| 43.17.   | Medidas de segurança na Lei de Drogas .....                                     | 755        |
| 43.18.   | Adolescente infrator e medidas de segurança.....                                | 755        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 44 - AÇÃO PENAL.....</b>  | <b>757</b> |
| 44.1. Introdução.....   | 757        |
| 44.2. Conceito .....  | 757        |
| 44.3. Características.....  | 757        |
| 44.4. Classificação da ação penal.....  | 758        |
| 44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada.....  | 758        |
| 44.4.2. Divisão subjetiva.....  | 758        |
| 44.5. Condições da ação penal .....   | 758        |
| 44.5.1. Condições genéricas.....  | 758        |
| 44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido .....  | 759        |
| 44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir .....                                       | 759        |
| 44.5.1.3. Interesse processual.....   | 760        |
| 44.5.1.4. Justa causa.....  | 760        |
| 44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade.....  | 761        |
| 44.6. Ação penal pública.....   | 762        |
| 44.6.1. Princípios .....  | 763        |
| 44.6.2. Ação penal pública incondicionada .....   | 764        |
| 44.6.3. Ação penal pública condicionada.....  | 765        |
| 44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica .....              | 765        |
| 44.6.3.2. Representação do ofendido .....   | 765        |
| 44.7. Ação penal privada.....   | 770        |
| 44.7.1. Prazo .....   | 770        |
| 44.7.2. Princípios .....  | 770        |
| 44.7.3. Espécies .....  | 772        |
| 44.7.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita .....                     | 772        |
| 44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima.....  | 772        |
| 44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....  | 773        |
| 44.7.3.4. Ação penal privada concorrente.....   | 773        |
| 44.8. Ação penal nos crimes complexos .....   | 774        |
| 44.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....  | 774        |
| 44.10. Ação penal e crime de lesão corporal praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher..... | 775        |
| <b>CAPÍTULO 45 - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....</b>   | <b>779</b> |
| 45.1. Introdução.....   | 779        |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 45.2.     | O art. 107 do Código Penal.....   | 779 |
| 45.3.     | Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação .....         | 780 |
| 45.4.     | Efeitos.....  | 781 |
| 45.5.     | Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos.....                  | 782 |
| 45.6.     | Análise do art. 107 do Código Penal .....   | 782 |
| 45.6.1.   | Morte do agente (inciso I).....   | 782 |
| 45.6.2.   | Anistia, graça e indulto (inciso II).....   | 784 |
| 45.6.2.1. | Anistia .....   | 784 |
| 45.6.2.2. | Graça.....  | 785 |
| 45.6.2.3. | Indulto .....   | 786 |
| 45.6.3.   | <i>Abolitio criminis</i> (inciso III) .....   | 790 |
| 45.6.4.   | Prescrição, decadência e preempção (inciso IV).....                                       | 790 |
| 45.6.4.1. | Prescrição.....   | 790 |
| 45.6.4.2. | Decadência.....   | 791 |
| 45.6.4.3. | Preempção.....  | 792 |
| 45.6.5.   | Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V)..... | 794 |
| 45.6.5.1. | Renúncia ao direito de queixa .....   | 794 |
| 45.6.5.2. | Perdão aceito.....  | 795 |
| 45.6.6.   | Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI).....                    | 796 |
| 45.6.7.   | Inciso VII Revogado pela Lei 11.106/2005.....   | 796 |
| 45.6.8.   | Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....   | 796 |
| 45.6.9.   | Perdão judicial (inciso IX).....  | 796 |
| 45.6.9.1. | Introdução.....   | 796 |
| 45.6.9.2. | Natureza jurídica .....   | 798 |
| 45.6.9.3. | Aplicabilidade.....   | 798 |
| 45.6.9.4. | Incomunicabilidade.....   | 799 |
| 45.6.9.5. | Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .....                         | 799 |
| 45.6.9.6. | Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias.....                               | 800 |
| 45.6.9.7. | Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido.....                                 | 801 |

## CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO..... 803

|       |                 |     |
|-------|-----------------|-----|
| 46.1. | Introdução..... | 803 |
|-------|-----------------|-----|



|   |     |
|---|-----|
| 46.2. Origem histórica .....  | 804 |
| 46.3. Conceito .....  | 804 |
| 46.4. Fundamentos .....   | 804 |
| 46.5. Natureza jurídica.....  | 805 |
| 46.6. Alocação .....  | 805 |
| 46.7. Imprescritibilidade penal.....  | 806 |
| 46.8. Diferenças entre prescrição e decadência .....  | 808 |
| 46.9. Espécies de prescrição .....  | 808 |
| 46.9.1. Introdução.....   | 808 |
| 46.9.2. Efeitos da prescrição e competência para sua declaração ....  | 809 |
| 46.10. Prescrição da pena privativa de liberdade.....   | 810 |
| 46.10.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....  | 810 |
| 46.10.1.1. Dispositivo legal.....   | 810 |
| 46.10.1.2. Fundamento.....  | 810 |
| 46.10.1.3. Cálculo.....   | 811 |
| 46.10.1.4. Termo inicial .....  | 816 |
| 46.10.1.5. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências .....   | 819 |
| 46.10.1.6. Causas interruptivas.....  | 820 |
| 46.10.1.7. Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....   | 823 |
| 46.10.1.8. Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares .....  | 824 |
| 46.10.1.9. Causas impeditivas.....  | 824 |
| 46.10.1.10. Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal.....   | 826 |
| 46.10.1.11. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal .....                                   | 827 |
| 46.10.1.12. Recurso extraordinário com repercussão geral, suspensão dos processos pendentes em todo o território nacional e suspensão da prescrição.... | 828 |
| 46.10.2. Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente.....  | 830 |
| 46.10.2.1. Conceito .....   | 830 |
| 46.10.2.2. Cálculo.....   | 830 |
| 46.10.2.3. Termo inicial .....  | 831 |
| 46.10.2.4. Motivos para sua ocorrência.....   | 831 |
| 46.10.2.5. Momento adequado para o seu reconhecimento.....  | 831 |

|                           |  |            |
|---------------------------|--|------------|
| 46.10.2.6.                | Redução da pena imposta pela sentença e pen-<br>dência de recurso da acusação .....          | 832        |
| 46.10.3.                  | Prescrição retroativa.....   | 832        |
| 46.10.3.1.                | Origem.....  | 832        |
| 46.10.3.2.                | Cálculo.....   | 832        |
| 46.10.3.3.                | Termo inicial.....   | 833        |
| 46.10.3.4.                | Momento adequado para o seu reconheci-<br>mento .....  | 835        |
| 46.10.4.                  | Prescrição da pretensão executória ou prescrição da conde-<br>nação.....                     | 836        |
| 46.10.4.1.                | Conceito.....  | 836        |
| 46.10.4.2.                | Forma de contagem.....   | 836        |
| 46.10.4.3.                | Termo inicial .....  | 836        |
| 46.10.4.4.                | Causas interruptivas.....  | 839        |
| 46.10.4.5.                | Incomunicabilidade das causas interruptivas da<br>prescrição da pretensão executória.....    | 840        |
| 46.10.4.6.                | Causa impeditiva da prescrição da pretensão<br>executória.....                               | 840        |
| 46.10.4.7.                | Prescrição da pretensão executória e indulto....   | 841        |
| 46.10.5.                  | Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou<br>retroativa em perspectiva..... | 841        |
| 46.11.                    | Prescrição das penas restritivas de direitos.....  | 843        |
| 46.12.                    | Prescrição e detração penal.....   | 844        |
| 46.13.                    | Prescrição das medidas de segurança.....   | 844        |
| 46.14.                    | Prescrição e absorção de penas.....  | 845        |
| 46.15.                    | Prescrição no concurso de crimes.....  | 846        |
| 46.16.                    | Prescrição da pena de multa.....   | 847        |
| 46.17.                    | Prescrição na legislação penal especial.....   | 848        |
| 46.17.1.                  | Lei de Drogas – Lei 11.343/2006 .....  | 848        |
| 46.17.2.                  | Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....   | 849        |
| 46.17.3.                  | Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....                                       | 849        |
| 46.18.                    | Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disci-<br>plinar.....          | 850        |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b> |  | <b>851</b> |

CLEBER  
MASSON

15<sup>a</sup>  
edição

revista,  
atualizada e  
ampliada



# DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL (ARTS. 121 A 212)

2

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 20.12.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

M372d

Masson, Cleber

Direito Penal: parte especial (arts. 121 a 212) / Cleber Masson. – 15. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

800 p. ; 23cm (Direito penal ; 2)

ISBN 978-65-596-4258-8

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título. II. Série.

21-74524

CDU: 343.2(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

|   |          |
|---|----------|
| <b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL.....</b>  | <b>1</b> |
| I. Divisão do Código Penal em partes.....   | 1        |
| II. Precedência histórica da Parte Especial.....  | 1        |
| III. Importância da Parte Especial.....   | 2        |
| IV. Título do crime.....  | 2        |
| V. Apresentação da Parte Especial.....  | 2        |
| VI. A divisão da Parte Especial do Código Penal.....  | 4        |
| <b>CAPÍTULO 1 – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA.....</b>   | <b>7</b> |
| 1.1. Dos crimes contra a vida.....  | 7        |
| 1.1.1. Fundamento constitucional.....   | 7        |
| 1.1.2. Crimes contra a vida: espécies, competência e ação penal..   | 8        |
| 1.1.3. Art. 121 – Homicídio.....  | 9        |
| 1.1.3.1. Dispositivo legal.....   | 9        |
| 1.1.3.2. Estrutura do tipo penal.....   | 10       |
| 1.1.3.3. Homicídio simples.....   | 11       |
| 1.1.3.4. Homicídio privilegiado.....  | 17       |
| 1.1.3.5. Homicídio qualificado: art. 121, § 2.º.....  | 22       |
| 1.1.3.6. Causas de aumento da pena no homicídio doloso:<br>art. 121, § 4.º, 2.ª parte, e art. 121, § 6.º..... | 56       |
| 1.1.3.7. Homicídio culposo: art. 121, § 3.º.....  | 58       |
| 1.1.4. Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou<br>a automutilação.....                    | 65       |
| 1.1.4.1. Dispositivo legal.....   | 65       |
| 1.1.4.2. Introdução e análise crítica.....  | 66       |
| 1.1.4.3. Conceito de suicídio e de automutilação.....   | 67       |
| 1.1.4.4. Nome do delito.....  | 67       |
| 1.1.4.5. Objetividade jurídica.....   | 68       |
| 1.1.4.6. Objeto material.....   | 68       |
| 1.1.4.7. Núcleos do tipo.....   | 68       |
| 1.1.4.8. Sujeito ativo.....   | 69       |

|        |                           |   |     |
|--------|---------------------------|---|-----|
|        | 1.1.4.9.                  | Sujeito passivo.....  | 69  |
|        | 1.1.4.10.                 | Elemento subjetivo.....   | 70  |
|        | 1.1.4.11.                 | Consumação.....   | 70  |
|        | 1.1.4.12.                 | Tentativa.....  | 71  |
|        | 1.1.4.13.                 | Pacto de morte.....   | 72  |
|        | 1.1.4.14.                 | Roleta-russa e duelo americano.....   | 72  |
|        | 1.1.4.15.                 | Classificação doutrinária.....  | 72  |
|        | 1.1.4.16.                 | Causas de aumento de pena: §§ 3.º a 5.º.....  | 73  |
| 1.1.5. | Art. 123 –                | Infanticídio.....   | 75  |
|        | 1.1.5.1.                  | Dispositivo legal.....  | 75  |
|        | 1.1.5.2.                  | Conceito.....   | 75  |
|        | 1.1.5.3.                  | Objetividade jurídica.....  | 75  |
|        | 1.1.5.4.                  | Objeto material.....  | 75  |
|        | 1.1.5.5.                  | Sujeito ativo.....  | 76  |
|        | 1.1.5.6.                  | Sujeito passivo.....  | 77  |
|        | 1.1.5.7.                  | Elemento subjetivo.....   | 77  |
|        | 1.1.5.8.                  | Influência do estado puerperal: conceito e prova.....   | 78  |
|        | 1.1.5.9.                  | Elemento temporal: “logo após o parto”.....   | 78  |
|        | 1.1.5.10.                 | Consumação.....   | 79  |
|        | 1.1.5.11.                 | Tentativa.....  | 79  |
|        | 1.1.5.12.                 | Classificação doutrinária.....  | 79  |
| 1.1.6. | Arts. 124 a               | 128 – Aborto.....   | 79  |
|        | 1.1.6.1.                  | Noções introdutórias.....   | 79  |
|        | 1.1.6.2.                  | Aborto criminoso.....   | 81  |
|        | 1.1.6.3.                  | Crimes em espécie.....  | 84  |
|        | 1.1.6.4.                  | Aborto legal ou permitido: art. 128.....  | 91  |
|        | 1.1.6.5.                  | Aborto eugênico ou eugenésico.....  | 94  |
|        | 1.1.6.6.                  | O tratamento jurídico-penal da anencefalia e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.... | 95  |
|        | 1.1.6.7.                  | A questão da microcefalia.....  | 97  |
|        | 1.1.6.8.                  | Aborto econômico, miserável ou social.....  | 100 |
| 1.2.   | Das lesões corporais..... |   | 100 |
|        | 1.2.1.                    | Dispositivo legal.....  | 100 |
|        | 1.2.2.                    | Estrutura do crime.....   | 102 |
|        | 1.2.3.                    | Noções gerais.....  | 103 |
|        | 1.2.3.1.                  | Conceito de lesão corporal.....   | 103 |
|        | 1.2.3.2.                  | Objetividade jurídica.....  | 103 |
|        | 1.2.3.3.                  | Objeto material.....  | 103 |
|        | 1.2.3.4.                  | Núcleo do tipo.....   | 103 |
|        | 1.2.3.5.                  | Sujeito ativo.....  | 104 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 1.2.3.6.  | Sujeito passivo.....   | 104 |
| 1.2.3.7.  | Elemento subjetivo.....  | 104 |
| 1.2.3.8.  | Consumação.....  | 104 |
| 1.2.3.9.  | Tentativa.....   | 104 |
| 1.2.3.10. | Classificação doutrinária.....   | 104 |
| 1.2.3.11. | Outras observações.....  | 105 |
| 1.2.4.    | Art. 129 – Lesão corporal dolosa.....  | 107 |
| 1.2.4.1.  | Lesão corporal leve.....   | 107 |
| 1.2.4.2.  | Lesão corporal de natureza grave em sentido amplo.....                                 | 108 |
| 1.2.4.3.  | Lesão corporal seguida de morte: § 3.º.....  | 118 |
| 1.2.4.4.  | Lesão corporal dolosa privilegiada: causa de diminuição de pena (art. 129, § 4.º)..... | 119 |
| 1.2.4.5.  | Lesões corporais leves e substituição da pena: § 5.º.....                              | 119 |
| 1.2.4.6.  | Aumento de pena na lesão corporal dolosa: § 7.º.....                                   | 120 |
| 1.2.4.7.  | Lesão corporal culposa: § 6.º.....   | 120 |
| 1.2.4.8.  | Lesão corporal e violência doméstica: § 9.º.....                                       | 122 |
| 1.3.      | Da periclitación da vida e da saúde.....   | 129 |
| 1.3.1.    | Art. 130 – Perigo de contágio venéreo.....   | 130 |
| 1.3.1.1.  | Dispositivo legal.....   | 130 |
| 1.3.1.2.  | Espécies criminosas.....   | 131 |
| 1.3.1.3.  | Objetividade jurídica.....   | 131 |
| 1.3.1.4.  | Objeto material.....   | 131 |
| 1.3.1.5.  | Núcleo do tipo.....  | 131 |
| 1.3.1.6.  | Sujeito ativo.....   | 131 |
| 1.3.1.7.  | Sujeito passivo.....   | 132 |
| 1.3.1.8.  | Elemento subjetivo.....  | 132 |
| 1.3.1.9.  | Consumação.....  | 133 |
| 1.3.1.10. | Tentativa.....   | 134 |
| 1.3.1.11. | Concurso de crimes.....  | 134 |
| 1.3.1.12. | Ação penal.....  | 134 |
| 1.3.1.13. | Lei 9.099/1995.....  | 134 |
| 1.3.1.14. | Classificação doutrinária.....   | 135 |
| 1.3.2.    | Art. 131 – Perigo de contágio de moléstia grave.....                                   | 135 |
| 1.3.2.1.  | Dispositivo legal.....   | 135 |
| 1.3.2.2.  | Objetividade jurídica.....   | 135 |
| 1.3.2.3.  | Objeto material.....   | 135 |
| 1.3.2.4.  | Núcleo do tipo.....  | 136 |
| 1.3.2.5.  | Sujeito ativo.....   | 136 |

|        |            |  |     |
|--------|------------|--|-----|
|        | 1.3.2.6.   | Sujeito passivo.....                       | 136 |
|        | 1.3.2.7.   | Elemento subjetivo.....                    | 136 |
|        | 1.3.2.8.   | Consumação.....                            | 137 |
|        | 1.3.2.9.   | Tentativa.....                             | 137 |
|        | 1.3.2.10.  | Concurso de crimes.....                    | 137 |
|        | 1.3.2.11.  | Ação penal.....                            | 137 |
|        | 1.3.2.12.  | Lei 9.099/1995.....                        | 137 |
|        | 1.3.2.13.  | Classificação doutrinária.....             | 138 |
| 1.3.3. | Art. 132 – | Perigo para a vida ou saúde de outrem..... | 138 |
|        | 1.3.3.1.   | Dispositivo legal.....                     | 138 |
|        | 1.3.3.2.   | Objetividade jurídica.....                 | 138 |
|        | 1.3.3.3.   | Objeto material.....                       | 138 |
|        | 1.3.3.4.   | Núcleo do tipo.....                        | 138 |
|        | 1.3.3.5.   | Sujeito ativo.....                         | 139 |
|        | 1.3.3.6.   | Sujeito passivo.....                       | 139 |
|        | 1.3.3.7.   | Elemento subjetivo.....                    | 139 |
|        | 1.3.3.8.   | Consumação.....                            | 139 |
|        | 1.3.3.9.   | Tentativa.....                             | 139 |
|        | 1.3.3.10.  | Subsidiariedade expressa.....              | 139 |
|        | 1.3.3.11.  | Lei 9.099/1995.....                        | 140 |
|        | 1.3.3.12.  | Causa de aumento de pena.....              | 140 |
|        | 1.3.3.13.  | Ação penal.....                            | 141 |
|        | 1.3.3.14.  | Estatuto do Idoso.....                     | 141 |
|        | 1.3.3.15.  | Classificação doutrinária.....             | 141 |
| 1.3.4. | Art. 133 – | Abandono de incapaz.....                   | 141 |
|        | 1.3.4.1.   | Dispositivo legal.....                     | 141 |
|        | 1.3.4.2.   | Espécies criminosas.....                   | 142 |
|        | 1.3.4.3.   | Objetividade jurídica.....                 | 142 |
|        | 1.3.4.4.   | Objeto material.....                       | 143 |
|        | 1.3.4.5.   | Núcleo do tipo.....                        | 143 |
|        | 1.3.4.6.   | Sujeito ativo.....                         | 143 |
|        | 1.3.4.7.   | Sujeito passivo.....                       | 144 |
|        | 1.3.4.8.   | Elemento subjetivo.....                    | 144 |
|        | 1.3.4.9.   | Consumação.....                            | 144 |
|        | 1.3.4.10.  | Tentativa.....                             | 144 |
|        | 1.3.4.11.  | Classificação doutrinária.....             | 144 |
|        | 1.3.4.12.  | Ação penal.....                            | 145 |
|        | 1.3.4.13.  | Lei 9.099/1995.....                        | 145 |
|        | 1.3.4.14.  | Distinção.....                             | 145 |
|        | 1.3.4.15.  | Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....    | 145 |
|        | 1.3.4.16.  | Causas de aumento de pena.....             | 145 |



|        |              |  |     |
|--------|--------------|--|-----|
|        | 1.3.4.17.    | Abandono de incapaz e Estatuto da Pessoa com Deficiência .....     | 146 |
| 1.3.5. | Art. 134 –   | Exposição ou abandono de recém-nascido .....                       | 146 |
|        | 1.3.5.1.     | Dispositivo legal.....   | 146 |
|        | 1.3.5.2.     | Introdução .....   | 147 |
|        | 1.3.5.3.     | Espécies criminosas.....   | 147 |
|        | 1.3.5.4.     | Objetividade jurídica .....  | 147 |
|        | 1.3.5.5.     | Objeto material.....   | 147 |
|        | 1.3.5.6.     | Núcleos do tipo .....  | 147 |
|        | 1.3.5.7.     | Elemento normativo .....   | 148 |
|        | 1.3.5.8.     | Sujeito ativo.....   | 148 |
|        | 1.3.5.9.     | Sujeito passivo.....   | 149 |
|        | 1.3.5.10.    | Elemento subjetivo .....   | 149 |
|        | 1.3.5.11.    | Consumação .....   | 149 |
|        | 1.3.5.12.    | Tentativa.....   | 149 |
|        | 1.3.5.13.    | Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....                            | 149 |
|        | 1.3.5.14.    | Ação penal.....  | 149 |
|        | 1.3.5.15.    | Classificação doutrinária .....                                    | 149 |
| 1.3.6. | Art. 135 –   | Omissão de socorro .....   | 150 |
|        | 1.3.6.1.     | Dispositivo legal.....   | 150 |
|        | 1.3.6.2.     | Objetividade jurídica .....  | 150 |
|        | 1.3.6.3.     | Objeto material.....   | 151 |
|        | 1.3.6.4.     | Núcleos do tipo .....  | 151 |
|        | 1.3.6.5.     | Elemento normativo do tipo.....                                    | 151 |
|        | 1.3.6.6.     | Sujeito ativo.....   | 152 |
|        | 1.3.6.7.     | Sujeito passivo.....   | 153 |
|        | 1.3.6.8.     | Elemento subjetivo .....   | 155 |
|        | 1.3.6.9.     | Consumação .....   | 155 |
|        | 1.3.6.10.    | Tentativa.....   | 155 |
|        | 1.3.6.11.    | Causa de aumento de pena.....                                      | 155 |
|        | 1.3.6.12.    | Classificação doutrinária .....                                    | 155 |
|        | 1.3.6.13.    | Omissão de socorro e Código de Trânsito Brasileiro .....           | 155 |
| 1.3.7. | Art. 135-A – | Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial ..... | 157 |
|        | 1.3.7.1.     | Dispositivo legal.....   | 157 |
|        | 1.3.7.2.     | Introdução.....  | 157 |
|        | 1.3.7.3.     | Objetividade jurídica .....  | 158 |
|        | 1.3.7.4.     | Objeto material.....   | 159 |
|        | 1.3.7.5.     | Núcleo do tipo.....  | 159 |
|        | 1.3.7.6.     | Sujeito ativo.....   | 160 |

|        |                             |  |     |
|--------|-----------------------------|--|-----|
|        | 1.3.7.7.                    | Sujeito passivo.....   | 161 |
|        | 1.3.7.8.                    | Elemento subjetivo.....  | 161 |
|        | 1.3.7.9.                    | Consumação.....  | 162 |
|        | 1.3.7.10.                   | Tentativa.....   | 162 |
|        | 1.3.7.11.                   | Ação penal.....  | 162 |
|        | 1.3.7.12.                   | Lei 9.099/1995.....  | 162 |
|        | 1.3.7.13.                   | Classificação doutrinária.....   | 162 |
|        | 1.3.7.14.                   | Causas de aumento da pena: art. 135-A, parágrafo único.....                    | 163 |
|        | 1.3.7.15.                   | Estatuto do Idoso.....   | 163 |
| 1.3.8. | Art. 136 – Maus-tratos..... |  | 164 |
|        | 1.3.8.1.                    | Dispositivo legal.....   | 164 |
|        | 1.3.8.2.                    | Objetividade jurídica.....   | 164 |
|        | 1.3.8.3.                    | Objeto material.....   | 164 |
|        | 1.3.8.4.                    | Núcleo do tipo.....  | 165 |
|        | 1.3.8.5.                    | Sujeito ativo.....   | 166 |
|        | 1.3.8.6.                    | Sujeito passivo.....   | 167 |
|        | 1.3.8.7.                    | Elemento subjetivo.....  | 167 |
|        | 1.3.8.8.                    | Consumação.....  | 168 |
|        | 1.3.8.9.                    | Tentativa.....   | 168 |
|        | 1.3.8.10.                   | Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....  | 168 |
|        | 1.3.8.11.                   | Causa de aumento de pena.....  | 168 |
|        | 1.3.8.12.                   | Ação penal.....  | 169 |
|        | 1.3.8.13.                   | Classificação doutrinária.....   | 169 |
|        | 1.3.8.14.                   | Maus-tratos e agravantes genéricas.....  | 169 |
|        | 1.3.8.15.                   | Art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente e maus-tratos: distinção..... | 169 |
|        | 1.3.8.16.                   | Tortura e maus-tratos: distinção.....  | 169 |
|        | 1.3.8.17.                   | Maus-tratos contra animais.....  | 170 |
| 1.4.   | Da rixa.....                |  | 170 |
|        | 1.4.1.                      | Dispositivo legal.....   | 170 |
|        | 1.4.2.                      | Conceito.....  | 171 |
|        | 1.4.3.                      | Objetividade jurídica.....   | 171 |
|        | 1.4.4.                      | Objeto material.....   | 172 |
|        | 1.4.5.                      | Núcleo do tipo.....  | 172 |
|        | 1.4.6.                      | Sujeitos do crime: ativo e passivo.....  | 172 |
|        | 1.4.7.                      | Elemento subjetivo.....  | 173 |
|        | 1.4.8.                      | Consumação.....  | 173 |
|        | 1.4.9.                      | Tentativa.....   | 173 |
|        | 1.4.10.                     | Rixa qualificada: art. 137, parágrafo único.....                               | 173 |
|        | 1.4.11.                     | Rixa e legítima defesa.....  | 175 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 1.4.12.   | Ação penal.....   | 176 |
| 1.4.13.   | Lei 9.099/1995.....   | 176 |
| 1.4.14.   | Classificação doutrinária.....  | 176 |
| 1.5.      | Dos crimes contra a honra.....  | 176 |
| 1.5.1.    | Introdução.....   | 176 |
| 1.5.2.    | Conceito de honra.....  | 176 |
| 1.5.3.    | Espécies de honra.....  | 177 |
| 1.5.4.    | Art. 138 – Calúnia.....   | 178 |
| 1.5.4.1.  | Dispositivo legal.....  | 178 |
| 1.5.4.2.  | Conceito.....   | 178 |
| 1.5.4.3.  | Objetividade jurídica.....  | 179 |
| 1.5.4.4.  | Objeto material.....  | 179 |
| 1.5.4.5.  | Núcleo do tipo.....   | 179 |
| 1.5.4.6.  | Elemento normativo do tipo: “falsamente”.....                                 | 180 |
| 1.5.4.7.  | Formas de calúnia.....  | 180 |
| 1.5.4.8.  | Consumação.....   | 180 |
| 1.5.4.9.  | Tentativa.....  | 181 |
| 1.5.4.10. | Calúnia e denúncia caluniosa: distinções.....                                 | 181 |
| 1.5.4.11. | Subtipo da calúnia: art. 138, § 1.º.....                                      | 181 |
| 1.5.4.12. | Calúnia contra os mortos.....   | 182 |
| 1.5.4.13. | Exceção da verdade: art. 138, § 3.º.....                                      | 182 |
| 1.5.5.    | Art. 139 – Difamação.....   | 186 |
| 1.5.5.1.  | Dispositivo legal.....  | 186 |
| 1.5.5.2.  | Conceito.....   | 186 |
| 1.5.5.3.  | Objetividade jurídica.....  | 187 |
| 1.5.5.4.  | Objeto material.....  | 187 |
| 1.5.5.5.  | Núcleo do tipo.....   | 187 |
| 1.5.5.6.  | Consumação.....   | 187 |
| 1.5.5.7.  | Tentativa.....  | 187 |
| 1.5.5.8.  | Exceção da verdade.....   | 187 |
| 1.5.5.9.  | Exceção de notoriedade.....   | 189 |
| 1.5.5.10. | Atribuição antecipada de culpa pelo agente público e abuso de autoridade..... | 189 |
| 1.5.6.    | Art. 140 – Injúria.....   | 190 |
| 1.5.6.1.  | Dispositivo legal.....  | 190 |
| 1.5.6.2.  | Estrutura do tipo penal.....  | 191 |
| 1.5.6.3.  | Conceito.....   | 191 |
| 1.5.6.4.  | Objetividade jurídica.....  | 192 |
| 1.5.6.5.  | Objeto material.....  | 192 |
| 1.5.6.6.  | Núcleo do tipo.....   | 192 |
| 1.5.6.7.  | Consumação.....   | 193 |

|        |  |   |     |
|--------|--|---|-----|
|        | 1.5.6.8.   | Tentativa.....  | 193 |
|        | 1.5.6.9.   | Exceção da verdade.....                                       | 193 |
|        | 1.5.6.10.  | Perdão judicial: art. 140, § 1.º.....                         | 194 |
|        | 1.5.6.11.  | Injúria real: art. 140, § 2.º.....                            | 196 |
|        | 1.5.6.12.  | Injúria qualificada: art. 140, § 3.º.....                     | 196 |
|        | 1.5.6.13.  | Injúria contra funcionário público e desacato: distinção..... | 198 |
|        | 1.5.6.14.  | Injúria cometida pela <i>internet</i> e competência....       | 199 |
|        | 1.5.6.15.  | Injúria eleitoral.....  | 200 |
| 1.5.7. | Arts. 141 a 145 – Apontamentos comuns aos crimes contra a honra..... |   | 200 |
|        | 1.5.7.1.   | Introdução.....   | 200 |
|        | 1.5.7.2.   | Disposições comuns: art. 141.....                             | 210 |
|        | 1.5.7.3.   | Exclusão do crime: art. 142.....                              | 215 |
|        | 1.5.7.4.   | Retratação.....   | 219 |
|        | 1.5.7.5.   | Pedido de explicações: art. 144.....                          | 221 |
|        | 1.5.7.6.   | Ação penal nos crimes contra a honra.....                     | 223 |
| 1.5.8. | Quadro sinótico dos crimes contra a honra.....                       |   | 225 |
| 1.6.   | Dos crimes contra a liberdade individual.....                        |   | 226 |
|        | 1.6.1.   | Dos crimes contra a liberdade pessoal.....                    | 226 |
|        | 1.6.1.1.   | Art. 146 – Constrangimento ilegal.....                        | 227 |
|        | 1.6.1.2.   | Art. 147 – Ameaça.....  | 234 |
|        | 1.6.1.3.   | Art. 147-A – Perseguição.....                                 | 239 |
|        | 1.6.1.4.   | Art. 147-B – Violência psicológica contra a mulher.....       | 248 |
|        | 1.6.1.5.   | Art. 148 – Sequestro e cárcere privado.....                   | 257 |
|        | 1.6.1.6.   | Art. 149 – Redução a condição análoga à de escravo.....       | 264 |
|        | 1.6.1.7.   | Art. 149-A – Tráfico de pessoas.....                          | 274 |
| 1.6.2. | Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.....                |   | 289 |
|        | 1.6.2.1.   | Art. 150 – Violação de domicílio.....                         | 289 |
| 1.6.3. | Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....          |   | 305 |
|        | 1.6.3.1.   | Art. 151 – Violação de correspondência.....                   | 305 |
|        | 1.6.3.2.   | Art. 152 – Correspondência comercial.....                     | 317 |
| 1.6.4. | Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.....                |   | 319 |
|        | 1.6.4.1.   | Art. 153 – Divulgação de segredo.....                         | 320 |
|        | 1.6.4.2.   | Art. 154 – Violação do segredo profissional.....              | 326 |
|        | 1.6.4.3.   | Art. 154-A – Invasão de dispositivo informático.....          | 331 |

## CAPÍTULO 2 – DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO..... 341

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 2.1. | Fundamento constitucional e terminologia legal.....                   | 341 |
| 2.2. | Conceito de patrimônio.....   | 341 |
| 2.3. | Critério legislativo para eleição dos crimes contra o patrimônio..... | 342 |
| 2.4. | Do furto.....   | 343 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 2.4.1.    | Art. 155 – Furto .....  | 343 |
| 2.4.1.1.  | Dispositivo legal.....  | 343 |
| 2.4.1.2.  | Estrutura do tipo penal.....  | 345 |
| 2.4.1.3.  | Objetividade jurídica .....   | 345 |
| 2.4.1.4.  | Objeto material .....   | 345 |
| 2.4.1.5.  | Núcleo do tipo.....   | 351 |
| 2.4.1.6.  | Sujeito ativo .....   | 352 |
| 2.4.1.7.  | Sujeito passivo.....  | 353 |
| 2.4.1.8.  | Elemento subjetivo .....  | 353 |
| 2.4.1.9.  | Consumação .....  | 356 |
| 2.4.1.10. | Tentativa.....  | 358 |
| 2.4.1.11. | Ação penal.....   | 360 |
| 2.4.1.12. | Lei 9.099/1995.....   | 360 |
| 2.4.1.13. | Classificação doutrinária .....                                       | 360 |
| 2.4.1.14. | Furto e conflito aparente de normas penais .....                      | 360 |
| 2.4.1.15. | Furto praticado durante o repouso noturno: art. 155, § 1.º .....      | 361 |
| 2.4.1.16. | Furto privilegiado: art. 155, § 2.º.....                              | 363 |
| 2.4.1.17. | Furto qualificado: art. 155, §§ 4.º, 4.º-A, 4º-B, 5.º, 6.º e 7.º..... | 366 |
| 2.4.2.    | Art. 156 – Furto de coisa comum .....                                 | 397 |
| 2.4.2.1.  | Dispositivo legal.....  | 397 |
| 2.4.2.2.  | Conceito .....  | 397 |
| 2.4.2.3.  | Objetividade jurídica .....   | 398 |
| 2.4.2.4.  | Objeto material .....   | 398 |
| 2.4.2.5.  | Núcleo do tipo.....   | 398 |
| 2.4.2.6.  | Sujeito ativo .....   | 398 |
| 2.4.2.7.  | Sujeito passivo.....  | 399 |
| 2.4.2.8.  | Elemento subjetivo .....  | 399 |
| 2.4.2.9.  | Consumação .....  | 399 |
| 2.4.2.10. | Tentativa.....  | 399 |
| 2.4.2.11. | Ação penal.....   | 399 |
| 2.4.2.12. | Lei 9.099/1995.....   | 399 |
| 2.4.2.13. | Causa especial de exclusão da ilicitude: art. 156, § 2.º.....         | 400 |
| 2.4.2.14. | Classificação doutrinária .....                                       | 400 |
| 2.5.      | Do roubo e da extorsão .....  | 401 |
| 2.5.1.    | Art. 157 – Roubo .....  | 401 |
| 2.5.1.1.  | Dispositivo legal.....  | 401 |
| 2.5.1.2.  | Estrutura do tipo penal.....  | 402 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 2.5.1.3.  | Roubo próprio: art. 157, caput, do Código Penal .....  | 402 |
| 2.5.1.4.  | Roubo impróprio: art. 157, § 1.º, do Código Penal .....  | 415 |
| 2.5.1.5.  | Roubo circunstanciado, majorado ou agravado: art. 157, §§ 2.º e 2.º-A, do Código Penal.....                      | 418 |
| 2.5.1.6.  | Roubo qualificado: art. 157, § 3.º, do Código Penal .....  | 441 |
| 2.5.2.    | Art. 158 – Extorsão.....   | 450 |
| 2.5.2.1.  | Dispositivo legal.....   | 450 |
| 2.5.2.2.  | Introdução.....  | 451 |
| 2.5.2.3.  | Objetividade jurídica .....  | 452 |
| 2.5.2.4.  | Objeto material .....  | 452 |
| 2.5.2.5.  | Núcleo do tipo.....  | 452 |
| 2.5.2.6.  | Sujeito ativo .....  | 456 |
| 2.5.2.7.  | Sujeito passivo.....   | 457 |
| 2.5.2.8.  | Elemento subjetivo .....   | 458 |
| 2.5.2.9.  | Consumação .....   | 458 |
| 2.5.2.10. | Tentativa.....   | 459 |
| 2.5.2.11. | Ação penal.....  | 460 |
| 2.5.2.12. | Classificação doutrinária .....  | 460 |
| 2.5.2.13. | Causas de aumento de pena: art. 158, § 1.º.....  | 460 |
| 2.5.2.14. | Extorsão qualificada: art. 158, § 2.º .....  | 461 |
| 2.5.2.15. | Extorsão mediante restrição da liberdade da vítima ou sequestro-relâmpago: art. 158, § 3.º, do Código Penal..... | 461 |
| 2.5.3.    | Art. 159 – Extorsão mediante sequestro.....  | 467 |
| 2.5.3.1.  | Dispositivo legal.....   | 467 |
| 2.5.3.2.  | Extorsão mediante sequestro e Lei dos Crimes Hediondos.....  | 468 |
| 2.5.3.3.  | Objetividade jurídica .....  | 468 |
| 2.5.3.4.  | Objeto material .....  | 468 |
| 2.5.3.5.  | Núcleo do tipo.....  | 468 |
| 2.5.3.6.  | Sujeito ativo .....  | 469 |
| 2.5.3.7.  | Sujeito passivo.....   | 470 |
| 2.5.3.8.  | Elemento subjetivo .....   | 470 |
| 2.5.3.9.  | Consumação .....   | 472 |
| 2.5.3.10. | Tentativa.....   | 472 |
| 2.5.3.11. | Ação penal.....  | 473 |
| 2.5.3.12. | Classificação doutrinária .....  | 473 |
| 2.5.3.13. | Figuras qualificadas.....  | 473 |
| 2.5.3.14. | Delação premiada: § 4.º .....  | 477 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 2.5.3.15. | Extorsão mediante sequestro e tráfico de pessoas: meios especiais de prevenção e repressão ..... | 481 |
| 2.5.4.    | Art. 160 – Extorsão indireta .....   | 482 |
| 2.5.4.1.  | Dispositivo legal.....   | 482 |
| 2.5.4.2.  | Introdução.....  | 483 |
| 2.5.4.3.  | Objetividade jurídica .....  | 483 |
| 2.5.4.4.  | Objeto material .....  | 483 |
| 2.5.4.5.  | Núcleos do tipo .....  | 484 |
| 2.5.4.6.  | Sujeito ativo .....  | 484 |
| 2.5.4.7.  | Sujeito passivo.....   | 485 |
| 2.5.4.8.  | Elemento subjetivo .....   | 485 |
| 2.5.4.9.  | Consumação .....   | 485 |
| 2.5.4.10. | Tentativa.....   | 486 |
| 2.5.4.11. | Ação penal.....  | 486 |
| 2.5.4.12. | Lei 9.099/1995.....  | 486 |
| 2.5.4.13. | Classificação doutrinária .....  | 486 |
| 2.5.4.14. | Concurso de crimes: extorsão indireta e denúncia caluniosa .....                                 | 486 |
| 2.6.      | Da usurpação.....  | 486 |
| 2.6.1.    | Art. 161 – Alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório .....                  | 487 |
| 2.6.1.1.  | Dispositivo legal.....   | 487 |
| 2.6.1.2.  | Pluralidade de crimes .....  | 488 |
| 2.6.1.3.  | Alteração de limites: art. 161, caput.....   | 488 |
| 2.6.1.4.  | Usurpação de águas: art. 161, § 1.º, inciso I ....   | 491 |
| 2.6.1.5.  | Esbulho possessório: art. 161, § 1.º, inciso II....  | 492 |
| 2.6.2.    | Art. 162 – Supressão ou alteração de marca em animais ....                                       | 499 |
| 2.6.2.1.  | Dispositivo legal.....   | 499 |
| 2.6.2.2.  | Objetividade jurídica .....  | 499 |
| 2.6.2.3.  | Objeto material .....  | 499 |
| 2.6.2.4.  | Núcleos do tipo .....  | 499 |
| 2.6.2.5.  | Elemento normativo do tipo.....  | 499 |
| 2.6.2.6.  | Sujeito ativo .....  | 500 |
| 2.6.2.7.  | Sujeito passivo.....   | 500 |
| 2.6.2.8.  | Elemento subjetivo .....   | 500 |
| 2.6.2.9.  | Consumação .....   | 500 |
| 2.6.2.10. | Tentativa.....   | 501 |
| 2.6.2.11. | Ação penal.....  | 501 |
| 2.6.2.12. | Lei 9.099/1995.....  | 501 |
| 2.6.2.13. | Classificação doutrinária .....  | 501 |
| 2.7.      | Do dano.....   | 501 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 2.7.1.    | Art. 163 – Dano .....  | 501 |
| 2.7.1.1.  | Dispositivo legal.....   | 501 |
| 2.7.1.2.  | Objetividade jurídica .....  | 502 |
| 2.7.1.3.  | Objeto material.....   | 502 |
| 2.7.1.4.  | Núcleos do tipo .....  | 503 |
| 2.7.1.5.  | Sujeito ativo .....  | 505 |
| 2.7.1.6.  | Sujeito passivo.....   | 505 |
| 2.7.1.7.  | Elemento subjetivo.....  | 505 |
| 2.7.1.8.  | Consumação .....   | 506 |
| 2.7.1.9.  | Tentativa.....   | 506 |
| 2.7.1.10. | Ação penal.....  | 506 |
| 2.7.1.11. | Lei 9.099/1995.....  | 507 |
| 2.7.1.12. | Classificação doutrinária .....  | 507 |
| 2.7.1.13. | Figuras qualificadas: art. 163, parágrafo único..                              | 507 |
| 2.7.2.    | Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em proprie-<br>dade alheia.....   | 511 |
| 2.7.2.1.  | Dispositivo legal.....   | 511 |
| 2.7.2.2.  | Introdução.....  | 511 |
| 2.7.2.3.  | Objetividade jurídica .....  | 511 |
| 2.7.2.4.  | Objeto material.....   | 511 |
| 2.7.2.5.  | Núcleos do tipo .....  | 511 |
| 2.7.2.6.  | Elemento normativo do tipo.....  | 512 |
| 2.7.2.7.  | Ocorrência de prejuízo.....  | 512 |
| 2.7.2.8.  | Sujeito ativo .....  | 513 |
| 2.7.2.9.  | Sujeito passivo.....   | 513 |
| 2.7.2.10. | Elemento subjetivo .....   | 513 |
| 2.7.2.11. | Consumação .....   | 514 |
| 2.7.2.12. | Tentativa.....   | 514 |
| 2.7.2.13. | Ação penal.....  | 514 |
| 2.7.2.14. | Lei 9.099/1995.....  | 514 |
| 2.7.2.15. | Classificação doutrinária .....  | 514 |
| 2.7.3.    | Art. 165 – Dano em coisa de valor artístico, arqueológico<br>ou histórico..... | 514 |
| 2.7.3.1.  | Dispositivo legal.....   | 514 |
| 2.7.3.2.  | Revogação .....  | 515 |
| 2.7.4.    | Art. 166 – Alteração de local especialmente protegido .....                    | 515 |
| 2.7.4.1.  | Dispositivo legal.....   | 515 |
| 2.7.4.2.  | Revogação .....  | 515 |
| 2.8.      | Da apropriação indébita.....   | 515 |
| 2.8.1.    | Introdução.....  | 515 |
| 2.8.2.    | O privilégio na apropriação indébita.....                                      | 516 |



|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 2.8.2.1.  | Apropriação indébita privilegiada e princípio da insignificância.....  | 516 |
| 2.8.2.2.  | Apropriação indébita previdenciária, privilégio e perdão judicial..... | 517 |
| 2.8.3.    | Art. 168 – Apropriação indébita .....                                  | 518 |
| 2.8.3.1.  | Dispositivo legal.....   | 518 |
| 2.8.3.2.  | Conceito .....   | 518 |
| 2.8.3.3.  | Objetividade jurídica .....  | 518 |
| 2.8.3.4.  | Objeto material.....   | 518 |
| 2.8.3.5.  | Núcleo do tipo.....  | 520 |
| 2.8.3.6.  | Sujeito ativo.....   | 522 |
| 2.8.3.7.  | Sujeito passivo.....   | 523 |
| 2.8.3.8.  | Elemento subjetivo.....  | 523 |
| 2.8.3.9.  | Consumação .....   | 524 |
| 2.8.3.10. | Tentativa.....   | 525 |
| 2.8.3.11. | Ação penal.....  | 525 |
| 2.8.3.12. | Lei 9.099/1995.....  | 525 |
| 2.8.3.13. | Interpelação judicial e prestação de contas na esfera civil.....       | 526 |
| 2.8.3.14. | Competência.....   | 526 |
| 2.8.3.15. | Classificação doutrinária.....   | 527 |
| 2.8.3.16. | Causas de aumento da pena: art. 168, § 1.º .....                       | 527 |
| 2.8.3.17. | Hipóteses especiais de apropriação indébita.....                       | 530 |
| 2.8.4.    | Art. 168-A – Apropriação indébita previdenciária.....                  | 531 |
| 2.8.4.1.  | Dispositivo legal.....   | 531 |
| 2.8.4.2.  | Localização no Código Penal e denominação legal.....                   | 532 |
| 2.8.4.3.  | Constitucionalidade da incriminação.....                               | 533 |
| 2.8.4.4.  | Objetividade jurídica .....  | 534 |
| 2.8.4.5.  | Objeto material.....   | 535 |
| 2.8.4.6.  | Núcleo do tipo.....  | 536 |
| 2.8.4.7.  | Sujeito ativo .....  | 536 |
| 2.8.4.8.  | Sujeito passivo.....   | 537 |
| 2.8.4.9.  | Elemento subjetivo.....  | 538 |
| 2.8.4.10. | Consumação .....   | 538 |
| 2.8.4.11. | Tentativa.....   | 539 |
| 2.8.4.12. | Ação penal.....  | 539 |
| 2.8.4.13. | Competência.....   | 539 |
| 2.8.4.14. | Dificuldades financeiras e reflexos jurídico-penais.....               | 539 |
| 2.8.4.15. | Classificação doutrinária.....   | 540 |
| 2.8.4.16. | Figuras equiparadas: § 1.º.....  | 540 |

|        |   |  |     |
|--------|---|--|-----|
|        | 2.8.4.17.   | Extinção da punibilidade: § 2.º .....  | 541 |
|        | 2.8.4.18.   | Perdão judicial e aplicação isolada da pena de multa: § 3.º .....                          | 543 |
|        | 2.8.4.19.   | Prévio esgotamento da via administrativa e ausência de justa causa para a ação penal ..... | 543 |
|        | 2.8.4.20.   | Princípio da insignificância .....   | 545 |
| 2.8.5. | Art. 169 – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza ..... |  | 546 |
|        | 2.8.5.1.  | Dispositivo legal.....   | 546 |
|        | 2.8.5.2.  | Introdução.....  | 546 |
|        | 2.8.5.3.  | Objetividade jurídica .....  | 547 |
|        | 2.8.5.4.  | Objeto material .....  | 547 |
|        | 2.8.5.5.  | Núcleo do tipo.....  | 547 |
|        | 2.8.5.6.  | Sujeito ativo .....  | 549 |
|        | 2.8.5.7.  | Sujeito passivo.....   | 549 |
|        | 2.8.5.8.  | Elemento subjetivo .....   | 549 |
|        | 2.8.5.9.  | Consumação .....   | 550 |
|        | 2.8.5.10.   | Tentativa.....   | 550 |
|        | 2.8.5.11.   | Ação penal.....  | 550 |
|        | 2.8.5.12.   | Lei 9.099/1995.....  | 550 |
|        | 2.8.5.13.   | Classificação doutrinária .....  | 550 |
|        | 2.8.5.14.   | Figuras equiparadas: art. 169, parágrafo único, do Código Penal.....                       | 551 |
| 2.9.   | Do estelionato e outras fraudes .....   |  | 553 |
| 2.9.1. | Art. 171 – Estelionato.....   |  | 553 |
|        | 2.9.1.1.  | Dispositivo legal.....   | 553 |
|        | 2.9.1.2.  | Introdução.....  | 555 |
|        | 2.9.1.3.  | Objetividade jurídica .....  | 555 |
|        | 2.9.1.4.  | Objeto material .....  | 555 |
|        | 2.9.1.5.  | Núcleo do tipo.....  | 556 |
|        | 2.9.1.6.  | Sujeito ativo .....  | 563 |
|        | 2.9.1.7.  | Sujeito passivo.....   | 564 |
|        | 2.9.1.8.  | Elemento subjetivo .....   | 567 |
|        | 2.9.1.9.  | Consumação .....   | 568 |
|        | 2.9.1.10.   | Tentativa.....   | 571 |
|        | 2.9.1.11.   | Ação penal.....  | 573 |
|        | 2.9.1.12.   | Lei 9.099/1995.....  | 575 |
|        | 2.9.1.13.   | Classificação doutrinária .....  | 575 |
|        | 2.9.1.14.   | Competência.....   | 575 |
|        | 2.9.1.15.   | Estelionato e torpeza bilateral (fraude nos negócios ilícitos ou imorais).....             | 577 |
|        | 2.9.1.16.   | Estelionato e jogo de azar.....  | 578 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 2.9.1.17. | Estelionato e curandeirismo .....                             | 579 |
| 2.9.1.18. | Estelionato e falsidade documental.....                       | 580 |
| 2.9.1.19. | Estelionato e Lei de Falências.....                           | 582 |
| 2.9.1.20. | Estelionato e crime contra o sistema financeiro nacional..... | 583 |
| 2.9.1.21. | Estelionato e Estatuto da Pessoa com Deficiência .....        | 584 |
| 2.9.1.22. | Estelionato privilegiado: § 1.º .....                         | 584 |
| 2.9.1.23. | Figuras equiparadas ao estelionato: § 2.º.....                | 585 |
| 2.9.1.24. | Causa de aumento da pena: § 3.º .....                         | 603 |
| 2.9.2.    | Art. 172 – Duplicata simulada.....                            | 604 |
| 2.9.2.1.  | Dispositivo legal.....  | 604 |
| 2.9.2.2.  | Objetividade jurídica .....                                   | 604 |
| 2.9.2.3.  | Objeto material .....   | 605 |
| 2.9.2.4.  | Núcleo do tipo.....   | 605 |
| 2.9.2.5.  | Sujeito ativo .....   | 605 |
| 2.9.2.6.  | Sujeito passivo.....  | 605 |
| 2.9.2.7.  | Elemento subjetivo .....                                      | 606 |
| 2.9.2.8.  | Consumação .....  | 606 |
| 2.9.2.9.  | Tentativa.....  | 607 |
| 2.9.2.10. | Ação penal.....   | 607 |
| 2.9.2.11. | Classificação doutrinária .....                               | 607 |
| 2.9.2.12. | A questão da “triplicata” .....                               | 607 |
| 2.9.2.13. | Figura equiparada: parágrafo único.....                       | 607 |
| 2.9.3.    | Art. 173 – Abuso de incapazes.....                            | 608 |
| 2.9.3.1.  | Dispositivo legal.....  | 608 |
| 2.9.3.2.  | Objetividade jurídica .....                                   | 608 |
| 2.9.3.3.  | Objeto material .....   | 608 |
| 2.9.3.4.  | Núcleos do tipo .....   | 608 |
| 2.9.3.5.  | Sujeito ativo .....   | 609 |
| 2.9.3.6.  | Sujeito passivo.....  | 609 |
| 2.9.3.7.  | Elemento subjetivo .....                                      | 609 |
| 2.9.3.8.  | Consumação .....  | 609 |
| 2.9.3.9.  | Tentativa.....  | 609 |
| 2.9.3.10. | Ação penal.....   | 609 |
| 2.9.3.11. | Classificação doutrinária .....                               | 610 |
| 2.9.4.    | Art. 174 – Induzimento à especulação.....                     | 610 |
| 2.9.4.1.  | Dispositivo legal.....  | 610 |
| 2.9.4.2.  | Objetividade jurídica .....                                   | 610 |
| 2.9.4.3.  | Objeto material .....   | 610 |
| 2.9.4.4.  | Núcleos do tipo .....   | 610 |

|        |            |   |     |
|--------|------------|---|-----|
|        | 2.9.4.5.   | Sujeito ativo.....  | 611 |
|        | 2.9.4.6.   | Sujeito passivo.....  | 611 |
|        | 2.9.4.7.   | Elemento subjetivo.....   | 611 |
|        | 2.9.4.8.   | Consumação.....   | 612 |
|        | 2.9.4.9.   | Tentativa.....  | 612 |
|        | 2.9.4.10.  | Ação penal.....   | 612 |
|        | 2.9.4.11.  | Lei 9.099/1995.....   | 612 |
|        | 2.9.4.12.  | Classificação doutrinária.....  | 612 |
| 2.9.5. | Art. 175 – | Fraude no comércio.....   | 612 |
|        | 2.9.5.1.   | Dispositivo legal.....  | 612 |
|        | 2.9.5.2.   | Objetividade jurídica.....  | 613 |
|        | 2.9.5.3.   | Objeto material.....  | 613 |
|        | 2.9.5.4.   | Núcleo do tipo.....   | 613 |
|        | 2.9.5.5.   | Sujeito ativo.....  | 614 |
|        | 2.9.5.6.   | Sujeito passivo.....  | 614 |
|        | 2.9.5.7.   | Elemento subjetivo.....   | 614 |
|        | 2.9.5.8.   | Consumação.....   | 615 |
|        | 2.9.5.9.   | Tentativa.....  | 615 |
|        | 2.9.5.10.  | Ação penal.....   | 615 |
|        | 2.9.5.11.  | Lei 9.099/1995.....   | 615 |
|        | 2.9.5.12.  | Classificação doutrinária.....  | 615 |
|        | 2.9.5.13.  | Forma qualificadora: § 1.º.....   | 615 |
|        | 2.9.5.14.  | Figura privilegiada: § 2.º.....   | 616 |
|        | 2.9.5.15.  | Competência.....  | 616 |
|        | 2.9.5.16.  | Fraude no comércio e estelionato: distinção.<br>Possibilidade de ocorrência do crime tipificado<br>pelo art. 273, § 1.º, do Código Penal..... | 616 |
| 2.9.6. | Art. 176 – | Outras fraudes.....   | 617 |
|        | 2.9.6.1.   | Dispositivo legal.....  | 617 |
|        | 2.9.6.2.   | Introdução.....   | 617 |
|        | 2.9.6.3.   | Objetividade jurídica.....  | 618 |
|        | 2.9.6.4.   | Objeto material.....  | 618 |
|        | 2.9.6.5.   | Núcleos do tipo.....  | 618 |
|        | 2.9.6.6.   | Sujeito ativo.....  | 620 |
|        | 2.9.6.7.   | Sujeito passivo.....  | 620 |
|        | 2.9.6.8.   | Elemento subjetivo.....   | 620 |
|        | 2.9.6.9.   | Consumação.....   | 620 |
|        | 2.9.6.10.  | Tentativa.....  | 620 |
|        | 2.9.6.11.  | Perdão judicial.....  | 621 |
|        | 2.9.6.12.  | Ação penal.....   | 621 |
|        | 2.9.6.13.  | Lei 9.099/1995.....   | 621 |

|        |   |  |     |
|--------|---|--|-----|
|        | 2.9.6.14.   | Classificação doutrinária .....                  | 621 |
|        | 2.9.6.15.   | O tratamento jurídico-penal da pendura .....     | 622 |
| 2.9.7. | Art. 177 – Fraude e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações..... |  | 622 |
|        | 2.9.7.1.  | Dispositivo legal.....                           | 622 |
|        | 2.9.7.2.  | Objetividade jurídica .....                      | 623 |
|        | 2.9.7.3.  | Objeto material .....                            | 623 |
|        | 2.9.7.4.  | Núcleo do tipo.....                              | 624 |
|        | 2.9.7.5.  | Sujeito ativo .....                              | 624 |
|        | 2.9.7.6.  | Sujeito passivo.....                             | 624 |
|        | 2.9.7.7.  | Elemento subjetivo .....                         | 624 |
|        | 2.9.7.8.  | Consumação .....                                 | 624 |
|        | 2.9.7.9.  | Tentativa.....                                   | 625 |
|        | 2.9.7.10.   | Subsidiariedade expressa.....                    | 625 |
|        | 2.9.7.11.   | Ação penal.....                                  | 625 |
|        | 2.9.7.12.   | Lei 9.099/1995.....                              | 625 |
|        | 2.9.7.13.   | Classificação doutrinária .....                  | 625 |
|        | 2.9.7.14.   | Figuras equiparadas: § 1.º.....                  | 625 |
|        | 2.9.7.15.   | Crime de negociação ilícita de voto: § 2.º ..... | 629 |
|        | 2.9.7.16.   | Extinção da punibilidade.....                    | 629 |
| 2.9.8. | Art. 178 – Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> .....    |  | 630 |
|        | 2.9.8.1.  | Dispositivo legal.....                           | 630 |
|        | 2.9.8.2.  | Objetividade jurídica .....                      | 630 |
|        | 2.9.8.3.  | Objeto material .....                            | 630 |
|        | 2.9.8.4.  | Núcleo do tipo.....                              | 631 |
|        | 2.9.8.5.  | Sujeito ativo .....                              | 631 |
|        | 2.9.8.6.  | Sujeito passivo.....                             | 632 |
|        | 2.9.8.7.  | Elemento subjetivo .....                         | 632 |
|        | 2.9.8.8.  | Consumação .....                                 | 632 |
|        | 2.9.8.9.  | Tentativa.....                                   | 632 |
|        | 2.9.8.10.   | Ação penal.....                                  | 632 |
|        | 2.9.8.11.   | Lei 9.099/1995.....                              | 632 |
|        | 2.9.8.12.   | Classificação doutrinária .....                  | 632 |
| 2.9.9. | Art. 179 – Fraude à execução.....   |  | 633 |
|        | 2.9.9.1.  | Dispositivo legal.....                           | 633 |
|        | 2.9.9.2.  | Objetividade jurídica .....                      | 633 |
|        | 2.9.9.3.  | Objeto material .....                            | 633 |
|        | 2.9.9.4.  | Núcleo do tipo.....                              | 633 |
|        | 2.9.9.5.  | Sujeito ativo .....                              | 634 |
|        | 2.9.9.6.  | Sujeito passivo.....                             | 634 |

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| 2.9.9.7.   | Elemento subjetivo .....  | 634 |
| 2.9.9.8.   | Consumação .....  | 635 |
| 2.9.9.9.   | Tentativa.....  | 635 |
| 2.9.9.10.  | Ação penal.....   | 635 |
| 2.9.9.11.  | Lei 9.099/1995.....   | 635 |
| 2.9.9.12.  | Classificação doutrinária.....  | 635 |
| 2.10.      | Da receptação.....  | 636 |
| 2.10.1.    | Art. 180 – Receptação.....  | 636 |
| 2.10.1.1.  | Dispositivo legal.....  | 636 |
| 2.10.1.2.  | Estrutura do tipo penal .....   | 637 |
| 2.10.1.3.  | Pontos comuns a todas as espécies de receptação.....  | 638 |
| 2.10.1.4.  | Plano de estudo .....   | 638 |
| 2.10.1.5.  | Receptação própria: <i>caput</i> , 1. <sup>a</sup> parte .....  | 638 |
| 2.10.1.6.  | Receptação imprópria: <i>caput</i> , parte final.....   | 651 |
| 2.10.1.7.  | Receptação qualificada pelo exercício de atividade comercial ou industrial: § 1. <sup>o</sup> .....     | 652 |
| 2.10.1.8.  | Receptação privilegiada: § 5. <sup>o</sup> , parte final.....   | 658 |
| 2.10.1.9.  | Receptação culposa: § 3. <sup>o</sup> .....   | 659 |
| 2.10.1.10. | Figuras especiais .....   | 662 |
| 2.10.1.11. | Código de Trânsito Brasileiro e medidas de prevenção e repressão à prática do crime de receptação ..... | 664 |
| 2.10.2.    | Art. 180-A – Receptação de animal .....   | 664 |
| 2.10.2.1.  | Dispositivo legal.....  | 664 |
| 2.10.2.2.  | Introdução .....  | 664 |
| 2.10.2.3.  | A desnecessidade da figura típica .....   | 665 |
| 2.10.2.4.  | Objetividade jurídica .....   | 665 |
| 2.10.2.5.  | Objeto material.....  | 665 |
| 2.10.2.6.  | Sujeito ativo.....  | 666 |
| 2.10.2.7.  | Sujeito passivo.....  | 667 |
| 2.10.2.8.  | Elemento subjetivo.....   | 667 |
| 2.10.2.9.  | Lei 9.099/1995.....   | 667 |
| 2.10.2.10. | Classificação doutrinária.....  | 668 |
| 2.10.2.11. | Crime contra as relações de consumo .....   | 668 |
| 2.11.      | Disposições gerais.....   | 668 |
| 2.11.1.    | Art. 181 – Imunidades absolutas.....  | 669 |
| 2.11.1.1.  | Dispositivo legal.....  | 669 |
| 2.11.1.2.  | Denominação .....   | 669 |
| 2.11.1.3.  | Natureza jurídica e efeitos .....   | 670 |
| 2.11.1.4.  | Hipóteses legais.....   | 671 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 2.11.1.5. | Observações comuns aos incisos I e II.....                                  | 673 |
| 2.11.1.6. | Erro quanto à titularidade do objeto material...                            | 674 |
| 2.11.2.   | Art. 182 – Imunidades relativas .....                                       | 675 |
| 2.11.2.1. | Dispositivo legal.....  | 675 |
| 2.11.2.2. | Denominação .....   | 675 |
| 2.11.2.3. | Natureza jurídica e efeitos .....   | 675 |
| 2.11.2.4. | Hipóteses legais.....   | 676 |
| 2.11.2.5. | Erro quanto à titularidade do objeto material...                            | 677 |
| 2.11.3.   | Art. 183 – Limite de aplicabilidade dos arts. 181 e 182.....                | 677 |
| 2.11.3.1. | Dispositivo legal.....  | 677 |
| 2.11.3.2. | Introdução.....   | 677 |
| 2.11.3.3. | Hipóteses legais.....   | 677 |
| 2.11.3.4. | Imunidades penais nos crimes contra o patrimônio e Lei Maria da Penha ..... | 679 |

### **CAPÍTULO 3 – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.. 681**

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 3.1.     | Dos crimes contra a propriedade intelectual .....  | 682 |
| 3.1.1.   | Art. 184 – Violação de direito autoral .....   | 682 |
| 3.1.1.1. | Dispositivo legal.....   | 682 |
| 3.1.1.2. | Introdução.....  | 683 |
| 3.1.1.3. | Objetividade jurídica .....  | 684 |
| 3.1.1.4. | Objeto material.....   | 684 |
| 3.1.1.5. | Tipo fundamental ou modalidade simples: art. 184, <i>caput</i> .....                         | 684 |
| 3.1.1.6. | Figuras qualificadas: art. 184, §§ 1.º, 2.º e 3.º ...  | 687 |
| 3.1.1.7. | Exceções ou limitações aos direitos autorais: art. 184, § 4.º, do Código Penal .....         | 691 |
| 3.1.1.8. | Crimes contra a propriedade intelectual e princípio da adequação social .....                | 692 |
| 3.1.2.   | Art. 185 – Usurpação de nome ou pseudônimo alheio .....                                      | 693 |
| 3.1.3.   | Art. 186 – Ação penal nos crimes contra a propriedade intelectual.....                       | 693 |
| 3.1.3.1. | Dispositivo legal.....   | 693 |
| 3.1.3.2. | Art. 184, <i>caput</i> , do Código Penal.....  | 693 |
| 3.1.3.3. | Art. 184, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal .....  | 694 |
| 3.1.3.4. | Art. 184, § 3.º, do Código Penal.....  | 694 |
| 3.1.3.5. | Disposições processuais especiais relativas aos crimes contra a propriedade intelectual..... | 694 |
| 3.2.     | Dos crimes contra o privilégio de invenção .....   | 698 |
| 3.3.     | Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio .....                                    | 698 |
| 3.4.     | Dos crimes de concorrência desleal.....  | 698 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 4 – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....</b>  | <b>699</b> |
| 4.1. Introdução.....  | 699        |
| 4.2. Fundamento constitucional.....   | 700        |
| 4.3. Competência.....   | 700        |
| 4.4. Art. 197 – Atentado contra a liberdade de trabalho.....  | 701        |
| 4.4.1. Dispositivo legal.....   | 701        |
| 4.4.2. Objetividade jurídica.....   | 702        |
| 4.4.3. Objeto material.....   | 702        |
| 4.4.4. Núcleo do tipo.....  | 702        |
| 4.4.4.1. Exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria: inciso I, 1. <sup>a</sup> parte.....              | 703        |
| 4.4.4.2. Trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias: inciso I, 2. <sup>a</sup> parte..... | 703        |
| 4.4.4.3. Abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho: inciso II, 1. <sup>a</sup> parte.....                       | 703        |
| 4.4.4.4. Participar de parede ou paralisação de atividade econômica: inciso II, 2. <sup>a</sup> parte.....              | 703        |
| 4.4.5. Sujeito ativo.....   | 704        |
| 4.4.6. Sujeito passivo.....   | 704        |
| 4.4.7. Elemento subjetivo.....  | 704        |
| 4.4.8. Consumação.....  | 704        |
| 4.4.9. Tentativa.....   | 705        |
| 4.4.10. Ação penal.....   | 705        |
| 4.4.11. Lei 9.099/1995.....   | 705        |
| 4.4.12. Concurso material obrigatório.....  | 705        |
| 4.4.13. Classificação doutrinária.....  | 705        |
| 4.5. Art. 198 – Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....                          | 705        |
| 4.5.1. Dispositivo legal.....   | 705        |
| 4.5.2. Introdução.....  | 706        |
| 4.5.3. Objetividade jurídica.....   | 706        |
| 4.5.4. Objeto material.....   | 706        |
| 4.5.5. Núcleo do tipo.....  | 706        |
| 4.5.5.1. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho: 1. <sup>a</sup> parte.....                                | 706        |
| 4.5.5.2. Boicotagem violenta: 2. <sup>a</sup> parte.....  | 707        |
| 4.5.6. Sujeito ativo.....   | 707        |
| 4.5.7. Sujeito passivo.....   | 707        |
| 4.5.8. Elemento subjetivo.....  | 708        |
| 4.5.9. Consumação.....  | 708        |
| 4.5.10. Tentativa.....  | 708        |



|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 4.5.11. | Ação penal.....   | 708 |
| 4.5.12. | Lei 9.099/1995.....   | 708 |
| 4.5.13. | Concurso material obrigatório.....  | 708 |
| 4.5.14. | Classificação doutrinária.....  | 708 |
| 4.6.    | Art. 199 – Atentado contra a liberdade de associação.....                             | 709 |
| 4.6.1.  | Dispositivo legal.....  | 709 |
| 4.6.2.  | Objetividade jurídica.....  | 709 |
| 4.6.3.  | Objeto material.....  | 709 |
| 4.6.4.  | Núcleo do tipo.....   | 710 |
| 4.6.5.  | Sujeito ativo.....  | 710 |
| 4.6.6.  | Sujeito passivo.....  | 710 |
| 4.6.7.  | Elemento subjetivo.....   | 711 |
| 4.6.8.  | Consumação.....   | 711 |
| 4.6.9.  | Tentativa.....  | 711 |
| 4.6.10. | Ação penal.....   | 711 |
| 4.6.11. | Lei 9.099/1995.....   | 711 |
| 4.6.12. | Concurso material obrigatório.....  | 711 |
| 4.6.13. | Classificação doutrinária.....  | 711 |
| 4.7.    | Art. 200 – Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem..... | 712 |
| 4.7.1.  | Dispositivo legal.....  | 712 |
| 4.7.2.  | Objetividade jurídica.....  | 712 |
| 4.7.3.  | Objeto material.....  | 712 |
| 4.7.4.  | Núcleo do tipo.....   | 712 |
| 4.7.5.  | Sujeito ativo.....  | 713 |
| 4.7.6.  | Sujeito passivo.....  | 713 |
| 4.7.7.  | Elemento subjetivo.....   | 713 |
| 4.7.8.  | Consumação.....   | 714 |
| 4.7.9.  | Tentativa.....  | 714 |
| 4.7.10. | Ação penal.....   | 714 |
| 4.7.11. | Lei 9.099/1995.....   | 714 |
| 4.7.12. | Concurso material obrigatório.....  | 714 |
| 4.7.13. | Competência.....  | 714 |
| 4.7.14. | Classificação doutrinária.....  | 714 |
| 4.8.    | Art. 201 – Paralisação de trabalho de interesse coletivo.....                         | 714 |
| 4.8.1.  | Dispositivo legal.....  | 714 |
| 4.8.2.  | Introdução.....   | 715 |
| 4.8.3.  | Objetividade jurídica.....  | 716 |
| 4.8.4.  | Objeto material.....  | 716 |
| 4.8.5.  | Núcleo do tipo.....   | 716 |
| 4.8.6.  | Sujeito ativo.....  | 716 |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 4.8.7.   | Sujeito passivo .....  | 716 |
| 4.8.8.   | Elemento subjetivo .....   | 716 |
| 4.8.9.   | Consumação .....   | 717 |
| 4.8.10.  | Tentativa .....  | 717 |
| 4.8.11.  | Ação penal .....   | 717 |
| 4.8.12.  | Lei 9.099/1995 .....   | 717 |
| 4.8.13.  | Competência .....  | 717 |
| 4.8.14.  | Classificação doutrinária .....  | 717 |
| 4.9.     | Art. 202 – Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.....            | 717 |
| 4.9.1.   | Dispositivo legal.....   | 717 |
| 4.9.2.   | Introdução.....  | 718 |
| 4.9.2.1. | Invasão de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola: art. 202, 1. <sup>a</sup> parte..... | 718 |
| 4.9.2.2. | Sabotagem: art. 202, parte final.....  | 719 |
| 4.9.3.   | Disposições comuns aos crimes previstos no art. 202 do Código Penal.....                           | 719 |
| 4.9.3.1. | Sujeito ativo .....  | 719 |
| 4.9.3.2. | Sujeito passivo .....  | 720 |
| 4.9.3.3. | Elemento subjetivo .....   | 720 |
| 4.9.3.4. | Tentativa .....  | 720 |
| 4.9.3.5. | Ação penal.....  | 720 |
| 4.9.3.6. | Lei 9.099/1995 .....   | 720 |
| 4.9.4.   | Classificação doutrinária .....  | 720 |
| 4.10.    | Art. 203 – Frustração de direito assegurado por lei trabalhista .....                              | 721 |
| 4.10.1.  | Dispositivo legal.....   | 721 |
| 4.10.2.  | Introdução.....  | 721 |
| 4.10.3.  | Objetividade jurídica.....   | 721 |
| 4.10.4.  | Objeto material .....  | 722 |
| 4.10.5.  | Núcleo do tipo .....   | 722 |
| 4.10.6.  | Sujeito ativo .....  | 722 |
| 4.10.7.  | Sujeito passivo .....  | 722 |
| 4.10.8.  | Elemento subjetivo .....   | 722 |
| 4.10.9.  | Consumação .....   | 722 |
| 4.10.10. | Tentativa .....  | 722 |
| 4.10.11. | Ação penal .....   | 722 |
| 4.10.12. | Lei 9.099/1995 .....   | 722 |
| 4.10.13. | Concurso material obrigatório.....   | 723 |
| 4.10.14. | Classificação doutrinária .....  | 723 |
| 4.10.15. | Competência.....   | 723 |
| 4.10.16. | Figuras equiparadas: § 1. <sup>o</sup> .....   | 723 |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 4.10.16.1. | Obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida (inciso I).....       | 723 |
| 4.10.16.2. | Impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais (inciso II)..... | 724 |
| 4.10.17.   | Causas de aumento da pena: § 2.º.....  | 724 |
| 4.10.18.   | Competência.....   | 726 |
| 4.11.      | Art. 204 – Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....   | 726 |
| 4.11.1.    | Dispositivo legal.....   | 726 |
| 4.11.2.    | Introdução.....  | 726 |
| 4.11.3.    | Objetividade jurídica.....   | 727 |
| 4.11.4.    | Objeto material.....   | 727 |
| 4.11.5.    | Núcleo do tipo.....  | 727 |
| 4.11.6.    | Sujeito ativo.....   | 727 |
| 4.11.7.    | Sujeito passivo.....   | 727 |
| 4.11.8.    | Elemento subjetivo.....  | 727 |
| 4.11.9.    | Consumação.....  | 727 |
| 4.11.10.   | Tentativa.....   | 728 |
| 4.11.11.   | Ação penal.....  | 728 |
| 4.11.12.   | Lei 9.099/1995.....  | 728 |
| 4.11.13.   | Concurso material obrigatório.....   | 728 |
| 4.11.14.   | Competência.....   | 728 |
| 4.11.15.   | Classificação doutrinária.....   | 728 |
| 4.12.      | Art. 205 – Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....  | 728 |
| 4.12.1.    | Dispositivo legal.....   | 728 |
| 4.12.2.    | Objetividade jurídica.....   | 729 |
| 4.12.3.    | Objeto material.....   | 729 |
| 4.12.4.    | Núcleo do tipo.....  | 729 |
| 4.12.5.    | Sujeito ativo.....   | 730 |
| 4.12.6.    | Sujeito passivo.....   | 730 |
| 4.12.7.    | Elemento subjetivo.....  | 730 |
| 4.12.8.    | Consumação.....  | 730 |
| 4.12.9.    | Tentativa.....   | 730 |
| 4.12.10.   | Ação penal.....  | 730 |
| 4.12.11.   | Lei 9.099/1995.....  | 730 |
| 4.12.12.   | Competência.....   | 730 |
| 4.12.13.   | Classificação doutrinária.....   | 731 |
| 4.13.      | Art. 206 – Aliciamento para o fim de emigração.....  | 731 |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 4.13.1.  | Dispositivo legal.....   | 731 |
| 4.13.2.  | Objetividade jurídica.....   | 731 |
| 4.13.3.  | Objeto material .....  | 731 |
| 4.13.4.  | Núcleo do tipo .....   | 731 |
| 4.13.5.  | Sujeito ativo .....  | 732 |
| 4.13.6.  | Sujeito passivo.....   | 732 |
| 4.13.7.  | Elemento subjetivo .....   | 732 |
| 4.13.8.  | Consumação .....   | 732 |
| 4.13.9.  | Tentativa.....   | 732 |
| 4.13.10. | Ação penal .....   | 732 |
| 4.13.11. | Lei 9.099/1995.....  | 732 |
| 4.13.12. | Competência.....   | 733 |
| 4.13.13. | Classificação doutrinária .....  | 733 |
| 4.14.    | Art. 207 – Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional..... | 733 |
| 4.14.1.  | Dispositivo legal.....   | 733 |
| 4.14.2.  | Introdução.....  | 734 |
| 4.14.3.  | Objetividade jurídica.....   | 734 |
| 4.14.4.  | Objeto material .....  | 734 |
| 4.14.5.  | Núcleo do tipo .....   | 734 |
| 4.14.6.  | Sujeito ativo .....  | 734 |
| 4.14.7.  | Sujeito passivo.....   | 734 |
| 4.14.8.  | Elemento subjetivo .....   | 735 |
| 4.14.9.  | Consumação .....   | 735 |
| 4.14.10. | Tentativa .....  | 735 |
| 4.14.11. | Ação penal .....   | 735 |
| 4.14.12. | Lei 9.099/1995.....  | 735 |
| 4.14.13. | Competência.....   | 735 |
| 4.14.14. | Classificação doutrinária .....  | 735 |
| 4.14.15. | Figura equiparada: art. 207, § 1.º.....  | 735 |
| 4.14.16. | Causa de aumento de pena: § 2.º.....   | 736 |

## **CAPÍTULO 5 – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS..... 737**

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 5.1.     | Dos crimes contra o sentimento religioso.....                                      | 737 |
| 5.1.1.   | Art. 208 – Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo..... | 738 |
| 5.1.1.1. | Dispositivo legal.....   | 738 |
| 5.1.1.2. | Objetividade jurídica .....  | 738 |
| 5.1.1.3. | Objeto material .....  | 738 |
| 5.1.1.4. | Núcleos do tipo .....  | 739 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 5.1.1.5.  | Sujeito ativo .....  | 741 |
| 5.1.1.6.  | Sujeito passivo.....   | 741 |
| 5.1.1.7.  | Elemento subjetivo .....   | 741 |
| 5.1.1.8.  | Consumação e tentativa .....                                       | 741 |
| 5.1.1.9.  | Causa de aumento da pena: parágrafo único ....                     | 741 |
| 5.1.1.10. | Ação penal.....  | 742 |
| 5.1.1.11. | Lei 9.099/1995.....  | 742 |
| 5.1.1.12. | Classificação doutrinária .....                                    | 742 |
| 5.2.      | Dos crimes contra o respeito aos mortos.....                       | 742 |
| 5.2.1.    | Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia fúnebrária..... | 743 |
| 5.2.1.1.  | Dispositivo legal.....   | 743 |
| 5.2.1.2.  | Objetividade jurídica .....  | 743 |
| 5.2.1.3.  | Objeto material .....  | 743 |
| 5.2.1.4.  | Núcleos do tipo .....  | 744 |
| 5.2.1.5.  | Sujeito ativo .....  | 744 |
| 5.2.1.6.  | Sujeito passivo.....   | 744 |
| 5.2.1.7.  | Elemento subjetivo .....   | 744 |
| 5.2.1.8.  | Consumação .....   | 744 |
| 5.2.1.9.  | Tentativa.....   | 744 |
| 5.2.1.10. | Causa de aumento da pena: parágrafo único ....                     | 744 |
| 5.2.1.11. | Ação penal.....  | 745 |
| 5.2.1.12. | Lei 9.099/1995.....  | 745 |
| 5.2.1.13. | Classificação doutrinária .....                                    | 745 |
| 5.2.2.    | Art. 210 – Violação de sepultura .....                             | 745 |
| 5.2.2.1.  | Dispositivo legal.....   | 745 |
| 5.2.2.2.  | Objetividade jurídica .....  | 746 |
| 5.2.2.3.  | Objeto material .....  | 746 |
| 5.2.2.4.  | Núcleos do tipo .....  | 746 |
| 5.2.2.5.  | Sujeito ativo .....  | 746 |
| 5.2.2.6.  | Sujeito passivo.....   | 746 |
| 5.2.2.7.  | Elemento subjetivo .....   | 747 |
| 5.2.2.8.  | Consumação .....   | 747 |
| 5.2.2.9.  | Tentativa.....   | 747 |
| 5.2.2.10. | Ação penal.....  | 747 |
| 5.2.2.11. | Lei 9.099/1995.....  | 747 |
| 5.2.2.12. | Exclusão da ilicitude.....   | 747 |
| 5.2.2.13. | Classificação doutrinária .....                                    | 748 |
| 5.2.3.    | Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver .         | 748 |
| 5.2.3.1.  | Dispositivo legal.....   | 748 |
| 5.2.3.2.  | Objetividade jurídica .....  | 748 |

|                           |            |  |            |
|---------------------------|------------|--|------------|
|                           | 5.2.3.3.   | Objeto material.....                       | 748        |
|                           | 5.2.3.4.   | Núcleos do tipo.....                       | 749        |
|                           | 5.2.3.5.   | Sujeito ativo.....                         | 750        |
|                           | 5.2.3.6.   | Sujeito passivo.....                       | 750        |
|                           | 5.2.3.7.   | Elemento subjetivo.....                    | 750        |
|                           | 5.2.3.8.   | Consumação.....                            | 750        |
|                           | 5.2.3.9.   | Tentativa.....                             | 751        |
|                           | 5.2.3.10.  | Ação penal.....                            | 751        |
|                           | 5.2.3.11.  | Lei 9.099/1995.....                        | 751        |
|                           | 5.2.3.12.  | Distinções.....                            | 751        |
|                           | 5.2.3.13.  | Art. 211 do Código Penal e autodefesa..... | 752        |
|                           | 5.2.3.14.  | Classificação doutrinária.....             | 752        |
| 5.2.4.                    | Art. 212 – | Vilipêndio a cadáver.....                  | 753        |
|                           | 5.2.4.1.   | Dispositivo legal.....                     | 753        |
|                           | 5.2.4.2.   | Objetividade jurídica.....                 | 753        |
|                           | 5.2.4.3.   | Objeto material.....                       | 753        |
|                           | 5.2.4.4.   | Núcleo do tipo.....                        | 753        |
|                           | 5.2.4.5.   | Sujeito ativo.....                         | 754        |
|                           | 5.2.4.6.   | Sujeito passivo.....                       | 754        |
|                           | 5.2.4.7.   | Elemento subjetivo.....                    | 754        |
|                           | 5.2.4.8.   | Consumação.....                            | 754        |
|                           | 5.2.4.9.   | Tentativa.....                             | 754        |
|                           | 5.2.4.10.  | Ação penal.....                            | 754        |
|                           | 5.2.4.11.  | Lei 9.099/1995.....                        | 754        |
|                           | 5.2.4.12.  | A questão do consentimento.....            | 754        |
|                           | 5.2.4.13.  | Classificação doutrinária.....             | 754        |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b> |            |  | <b>755</b> |